

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE – FEAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO EM ECONOMIA APLICADA

LAYNE MARIELA DE SOUZA SANTOS CORDEIRO

**BRASIL: BLOCO NO PODER E A POLÍTICA DE DESESTATIZAÇÃO NO
PERÍODO DE 1995-2010**

MACEIÓ

2022

LAYNE MARIELA DE SOUZA SANTOS CORDEIRO

**BRASIL: BLOCO NO PODER E A POLÍTICA DE DESESTATIZAÇÃO NO
PERÍODO DE 1995-2010**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Alagoa, como requisito para a obtenção de título de Mestre em Economia Aplicada.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Maria Rita Milani

MACEIÓ

2022

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

C794b Cordeiro, Layne Mariela de Souza Santos.
Brasil: bloco no poder e a política de desestatização no período de 1995-2010 / Layne Mariela de Souza Santos Cordeiro. – 2022.
90 f. : il. color.

Orientadora: Ana Maria Rita Milani.
Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Programa de Pós-Graduação em Economia. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 81-86.
Anexos: 87-90.

1. Neoliberalismo. 2. Bloco no poder. 3. Privatização - Brasil. 4. Programa Nacional de Desestatização. I. Título.

CDU: 332.025.28

FOLHA DE APROVAÇÃO

LAYNE MARIELA DE SOUZA SANTOS CORDEIRO

BRASIL: BLOCO NO PODER E A POLÍTICA DE DESESTATIZAÇÃO NO PERÍODO
DE 1995-2010

Dissertação submetida ao corpo docente
do Programa de Pós-Graduação em
Economia Aplicada da Universidade
Federal de Alagoas e aprovada em 31 de
agosto de 2022.

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente

ANA MARIA RITA MILANI

Data: 31/08/2022 21:00:22-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dra. Ana Maria Rita Milani – (FEAC/UFAL)
– Orientadora –



Documento assinado digitalmente

CID OLIVAL FEITOSA

Data: 03/09/2022 14:45:34-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Cid Olival Feitosa – (FEAC/UFAL)
– Examinador Interno –

Prof. Dr. José Elesbão de Almeida – (UERN)
– Examinador Externo –



Documento assinado digitalmente

JOSE ELESBAO DE ALMEIDA

Data: 01/09/2022 15:52:32-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos àqueles que me incentivaram e estiveram ao meu lado durante a elaboração deste trabalho. Desde a graduação sonho em fazer este mestrado, fazê-lo em meio a uma pandemia foi ainda mais desafiador do que eu imaginava. Ver este projeto finalmente finalizado me deixa profundamente feliz e realizada.

A todos os professores do mestrado que me acompanharam durante esta jornada, em especial aos professores Cid Olival Feitosa e Reynaldo Rubem Ferreira Júnior pelas contribuições e sugestões dadas a este trabalho, e as professoras Verônica Nascimento Brito Antunes e Camila do Carmo Hermida pelo carinho e incentivo.

Aos meus companheiros de turma, em especial a Silvia, por compartilhar diariamente comigo as alegrias e angústias vivenciadas no mestrado.

À minha orientadora, Ana Maria Rita Milani pela orientação no desenvolvimento desta pesquisa. Obrigado por me acompanhar desde a graduação, pelas palavras gentis e incentivadoras e por acreditar no meu potencial nos momentos em que nem eu acreditei.

Agradeço especialmente aos meus pais Maria José de Souza Santos Cordeiro e Lenivaldo José Cordeiro e meu irmão Lenivaldo José Cordeiro Filho, por todo apoio durante a minha formação acadêmica.

RESUMO

A década de 1990 marca a ascensão da ideologia neoliberal e a configuração de um bloco no poder no Estado brasileiro sob a hegemonia do capital financeiro. Este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre o bloco no poder e a política de privatização executada durante os anos de 1995 e 2010. Serão apresentados os principais conceitos acerca do papel do bloco no poder em um Estado capitalista em uma economia neoliberal, além de uma caracterização da composição do bloco no poder vigente nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva e uma análise dos dados do Programa Nacional de Desestatização (PND) referentes às empresas e as frações capitalistas compradoras das empresas estatais nos governos dos dois presidentes. Pelos resultados obtidos, podemos concluir que houve uma mudança na relação existente entre o bloco no poder e a política de privatização executada nos governos de FHC e Lula, além de que a grande burguesia industrial internacional, a grande burguesia industrial nacional e grande burguesia bancária nacional e internacional foram as frações de classe burguesa integrantes do bloco que se apropriaram do patrimônio público através das privatizações dos setores de energia elétrica, financeiro e petroquímico realizadas através do PND no período.

Palavras-chave: Brasil. Bloco no poder. Neoliberalismo. Privatizações.

ABSTRACT

The 1990s mark the rise of neoliberal ideology and the configuration of a power bloc in the Brazilian state under the hegemony of financial capital. This work aims to analyze the relationship between the power bloc and the privatization policy executed during the years 1995 and 2010. The main concepts about the role of the bloc in power in a capitalist state in a neoliberal economy will be presented, as well as a characterization of the composition of the bloc in power in force in the governments of Fernando Henrique Cardoso and Luiz Inácio Lula da Silva and an analysis of the National Privatization Program (NPP) data referring to the companies and capitalist fractions purchasing the state enterprises in the governments of the two presidents. From the results obtained, we can conclude that there was a change in the relationship between the ruling bloc and the privatization policy executed in the governments of FHC and Lula, in addition to the great international industrial bourgeoisie, the great national industrial bourgeoisie and the great national and international banking bourgeoisie were the fractions of bourgeois class that were members of the bloc in the bloc that appropriated public assets through the privatizations of the electricity, financial and petrochemical sectors carried out through the NPP in the period.

Keywords: Brazil. Power bloc. Neoliberalism. Privatization.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – Brasil - (% a.a.).....	39
Tabela 2 – Indicadores macroeconômicos do 1º mandato de FHC	41
Tabela 3 – Indicadores macroeconômicos do 2º mandato de FHC	44
Tabela 4 – Indicadores macroeconômicos do 1º mandato de Lula	46
Tabela 5 – Indicadores macroeconômicos do 2º mandato de Lula	49
Tabela 6 - Os dez maiores empréstimos diretos do BNDES para a indústria em 2008 (Em R\$)	51
Tabela 7 – Resultado privatizações realizadas no âmbito do Programa Nacional de Desestatização – 1990-2015 - US\$ milhões	57
Tabela 8 - Empresas privatizadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995- 2002) através do Programa Nacional de Desestatização (PND) - US\$ milhões	59
Tabela 9 – Receita total das privatizações realizadas pelo PND de 1995 a 2002 por tipo de comprador.....	60
Tabela 10 - Estrutura do capital votante antes e depois da venda das empresas do setor de energia elétrica privatizadas entre 1995-2002	62
Tabela 11 – Estrutura do capital votante antes e depois da venda das empresas do setor de energia elétrica privatizadas sob a perspectiva das frações de classe burguesa (%) - 1995-2002	65
Tabela 12 - Estrutura do capital votante das estatais antes e depois da venda das empresas do setor financeiro privatizadas entre 1995-2002	66
Tabela 13 – Estrutura do capital votante antes e depois da venda das empresas do setor financeiro privatizadas sob a perspectiva das frações de classe burguesa (%) - 1995-2002....	68
Tabela 14 - Estrutura do capital votante antes e depois da venda das empresas do setor petroquímico privatizadas entre 1995-2002	70
Tabela 15 – Estrutura do capital votante antes e depois da venda das empresas do setor petroquímico privatizadas sob a perspectiva das frações de classe burguesa (%) - 1995-2002	75
Tabela 16 - Empresas privatizadas durante o governo de Luiz Inácio “Lula” da Silva (2003- 2010) através do Programa Nacional de Desestatização (PND) - US\$ milhões	76
Tabela 17 - Modificações na estrutura do capital votante após a venda das empresas do setor financeiro privatizadas entre 2003-2010	76
Tabela 18 – Estrutura do capital votante antes e depois da venda das empresas do setor financeiro privatizadas sob a perspectiva das frações de classe burguesa (%) - 2003-2010....	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Lucro do Setor Financeiro e Não-Financeiro por Controle da Propriedade: médias anuais por período selecionado.....	32
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sistema de fracionamento abordados por Poulantzas segundo Décio Saes (2014)	25
--	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Banespa - Banco do Estado de São Paulo S.A.

BEG - Banco do Estado de Goiás S.A.

BEA - Banco do Estado do Amazonas S.A.

BNDESPAR - BNDES Participações S/A

Copene - Companhia Petroquímica do Nordeste

CPC - Companhia Petroquímica de Camaçari

CQR - Companhia Química do Recôncavo

CBP - Companhia Brasileira de Poliuretanos

CVRD - Companhia Vale do Rio Doce

Escelsa - Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.

EDN - Comércio e Estireno do Nordeste

Finame - Agência Especial de Financiamento Industrial

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

FBCF - Formação Bruta de Capital Fixo

FMI – Fundo Monetário Internacional

FBCF - Formação Bruta de Capital Fixo

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Gerasul - Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A.

PIB – Produto Interno Bruto

PND – Programa Nacional de Desestatização

PAI - Programa de Ação Imediata

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

Sest - Secretaria Especial de Controle das Estatais

URV - Unidade Real de Valor

ANEXOS

Anexo 1 – Classificação das empresas adquirentes quanto a fração de classe burguesa	88
Anexo 2 - Classificação setorial adotada para o principal setor de atividade dos grupos econômicos	91

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Problema de pesquisa	14
1.2 Definição dos objetivos da pesquisa	14
1.3 Metodologia e limitações.....	15
2 ESTADO CAPITALISTA E BLOCO NO PODER EM UMA ECONOMIA SOB O NEOLIBERALISMO	17
2.1 Análise institucional do Estado	17
2.2 A teoria do Estado capitalista de Nicos Poulantzas	19
2.3 Papel do Estado na economia e composição do bloco no poder em uma economia neoliberal	28
3 BLOCO NO PODER NOS GOVERNOS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002) E LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2010)	35
3.1 Antecedentes de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio “Lula” da Silva (2003- 2010)	35
3.2 Fernando Henrique Cardoso, neoliberalismo e a hegemonia do capital financeiro no bloco no poder	38
3.3 Governo Lula, neodesenvolvimentismo e a ascensão da burguesia interna no bloco no poder	45
4 BLOCO NO PODER E A POLÍTICA DE PRIVATIZAÇÃO NOS GOVERNOS FHC (1995-2002) E LULA (2003-2010)	53
4.1 Contextualização do Programa Nacional de Desestatizações (PND)	53
4.2 O Programa Nacional de Desestatização no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995- 2002)	58
4.2.2 Setor financeiro	66
4.2.3 Setor petroquímico	68
4.3 Programa Nacional de Desestatização - PND e o governo de Luiz Inácio “Lula” da Silva (2003- 2010)	75
5 CONCLUSÃO.....	79
REFERÊNCIAS	82
ANEXOS	88

1 INTRODUÇÃO

Para Nicos Poulantzas (2019) o Estado capitalista, isto é, as instituições estatais ou a superestrutura jurídica-política deste Estado, existem para conservar as relações de dominação da classe burguesa perante a classe operária. Além disso, pode ser observado uma relação específica entre as classes ou frações burguesas que têm os seus interesses políticos atendidos por esse Estado, o que o autor denomina como bloco no poder. O bloco no poder, apesar de reunir diferentes classes ou frações com interesses diversos e às vezes contraditórios, ainda mantém uma unidade, um mesmo interesse quando o assunto é o Estado, que é garantir a manutenção do regime de propriedade privada e das condições de exploração do trabalho assalariado. O autor ressalta em seu trabalho que além de entender os objetivos e a forma de atuação do Estado capitalista é necessário examinar a maneira como as relações entre as classes se desenvolvem no interior do aparelho estatal, visto que estas relações de dominância terão reflexos nas políticas sociais e econômicas promovidas por este Estado.

Boito Jr. (2007) afirma que ao se trabalhar com o conceito de bloco no poder é necessário, primeiramente, identificar as frações da classe dominante que agem como força social distinta em uma dada conjuntura, isto é, os interesses econômicos setoriais burgueses que ensejam, diante da política de Estado, a formação de grupos diferenciados que perseguem, no processo político, objetivos próprios. Em segundo lugar, exige que o pesquisador procure esclarecer quais interesses de fração são priorizados pela política econômica do Estado e quais são relegados a um plano secundário. A localização dos interesses efetivamente priorizados pela política do Estado indica qual é a fração hegemônica no interior do bloco no poder.

Uma análise contemporânea do Estado capitalista e do bloco no poder precisa levar em consideração as mudanças que ocorreram na economia com o avanço do neoliberalismo nas economias capitalistas. De acordo com Filgueiras (2017) desde 1990 o Brasil segue o padrão de desenvolvimento capitalista liberal-periférico caracterizado por uma maior assimetria na relação capital/trabalho em favor do capital, pela posição dominante do capital financeiro (nacional e internacional) no processo de acumulação, pela maior fragilidade financeira. Em relação ao Estado, observa-se que o cenário atual é marcado pela perda de autonomia estatal em operar as políticas econômicas e pela constituição de um novo bloco no poder sob a hegemonia do capital financeiro, influenciando as políticas fundamentais do Estado.

Boito Jr (2000), Ribeiro (2020), Teixeira e Pinto (2012) também afirmam que durante os anos 1990 a fração de classe dominante no interior do bloco no poder brasileiro foi a fração

financeira-bancária. No entanto, apesar desta fração manter sua posição hegemônica dentro do bloco no poder, os autores destacam que no governo Lula (2003-2010), houve uma significativa mudança na composição desse bloco: a ascensão da burguesia interna industrial e do agronegócio.

1.1 Problema de pesquisa

Muitas das políticas de orientação neoliberal implementadas no Brasil nos anos 1990 continuam sendo praticadas ou em debate até o presente momento. Um exemplo, é a defesa da intervenção mínima do Estado na economia executada através da política de privatizações. O Programa Nacional de Desestatização (PND) foi criado em 1990 pela lei n. 8.031/90 e até o ano de 2014 foram desestatizadas 99 estatais em âmbito federal, sendo 18 empresas privatizadas no governo Collor, 16 no governo Itamar, 35 no primeiro e 6 no segundo mandato de FHC, 9 no primeiro e 5 no segundo mandato de Lula, e 10 no primeiro mandato de Dilma.

Entretanto, podemos observar uma significativa diferença no ritmo e no perfil das privatizações entre os governos Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio “Lula” da Silva e Dilma Rousseff. Durante os governos Collor (1990-1992) e Itamar (1993-1994) o foco era a venda das estatais do setor petroquímico, nos mandatos de FHC (1995-2002) houve a expansão das desestatizações para diversos setores industriais. Já nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) houve uma significativa diminuição das atividades do PND e a maioria dos processos envolveu a concessão de trechos rodoviários e aeroportos.

Diante desse contexto, apresenta-se a seguinte questão: quais frações de classe do bloco no poder foram beneficiadas pela política de privatizações das empresas estatais durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva?

1.2 Definição dos objetivos da pesquisa

Geral:

Este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre o bloco no poder e a política de privatização executada durante os anos de 1995 e 2010.

Específicos:

- Identificar as frações do bloco no poder que se apropriaram do patrimônio público através das privatizações realizadas por meio do PND entre os anos de 1995 e 2010;
- Comparar a relação existente entre o bloco no poder e a política de privatização executada nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

1.3 Metodologia e limitações

A pesquisa desenvolvida terá um caráter qualitativo e exploratório e será desenvolvida a partir das informações sobre os adquirentes das ações das estatais controladas pela União dos setores de energia elétrica, petroquímico e financeiro privatizadas durante os anos de 1995 a 2010 fornecidos pelo Relatório do Programa Nacional de Desestatizações (2015) elaborado pelo BNDES, além de artigos acadêmicos e jornalísticos.

As empresas que possuíam participação acionária nas estatais analisadas antes e/ou após a realização dos leilões de privatização serão classificadas em Grande burguesia bancária, Grande burguesia industrial nacional e Grande burguesia industrial internacional. No total serão analisadas 13 estatais do setor petroquímico, 4 do setor financeiro e 3 do setor de energia elétrica. Tais setores foram escolhidos levando-se em consideração o quantitativo de estatais do setor privatizadas, o resultado das vendas e a importância deles na economia.

Na atual fase do capitalismo, comandado pelo capital financeiro, é cada vez mais comum a existência do que Saes (2014) denominou de grupos capitalista multifuncionais que atuam ao mesmo tempo como empresas industriais, comerciais e bancárias. Neste contexto, a delimitação das frações de classe se tornou um processo complexo, que demanda uma análise que vai além da proposta deste trabalho. Apesar disto, entende-se que a análise da trajetória e do comportamento das frações capitalistas é relevante visto que mesmo os grupos multifuncionais definem seus interesses particulares a partir de uma combinação específica e as políticas de Estado irão afetar de maneira diferente cada uma destas frações. Também se entende que a política a ser aqui analisada é uma entre as várias políticas econômicas executadas pelo Estado brasileiro, por isso um estudo que caracterize o bloco no poder brasileiro durante o período examinado demanda uma análise conjunta das demais políticas econômicas.

Esta pesquisa se justifica uma vez que a política de privatização é uma das políticas estatais mais importantes dos últimos anos devido a seu impacto no desenvolvimento

econômico brasileiro. Além disso, busca-se demonstrar que a política de privatização do Estado brasileiro, assim como outras políticas de Estado não é algo meramente técnico ou autônomo em relação às classes sociais, ela é influenciada pelos interesses da fração dominante dentro do bloco no poder e é permeada pela contradição entre as frações de classe. Portanto, esta pesquisa busca contribuir para uma análise mais abrangente das políticas econômicas implementadas pelo Estado brasileiro ao levar em consideração as disputas entre as frações de classe existentes dentro do aparelho estatal

Além da introdução, esta dissertação contará com três capítulos e com as considerações finais. No primeiro capítulo serão apresentados os principais conceitos acerca do papel do bloco no poder em um Estado capitalista em uma economia neoliberal. No segundo capítulo será realizada uma caracterização da composição do bloco no poder vigente nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva através da apresentação dos principais indicadores macroeconômicos dos dois governos. No terceiro capítulo será realizada uma análise dos dados do Programa Nacional de Desestatização referentes às empresas e as frações capitalistas compradoras das empresas estatais nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

2 ESTADO CAPITALISTA E BLOCO NO PODER EM UMA ECONOMIA SOB O NEOLIBERALISMO

Neste capítulo serão apresentados os principais conceitos desenvolvidos por Poulantzas em *Poder político e classes sociais* (1968) que servirão como base teórica para análise do Programa Nacional de Desestatização (PND) durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Nesta obra Nicos Poulantzas tem como objetivo dar continuidade às análises de inspiração marxista acerca do funcionamento do Estado capitalista e faz importantes contribuições para a economia política ao dar maior relevância a estrutura jurídica e política do Estado e ao destacar a influência do bloco no poder e das frações de classe dominantes nas políticas estatais. Além disso, a partir dos conceitos apresentados pelo autor será feita uma análise acerca do papel do Estado na economia e da composição do bloco no poder em uma economia dominada pelo neoliberalismo.

2.1 Análise institucional do Estado

Em 1944, em seu célebre livro *A Grande Transformação* (2000) Karl Polanyi já ressaltava a importância das instituições e do Estado para o desenvolvimento das economias nacionais. Ao realizar uma análise institucional de uma economia de mercado, Polanyi (2000) demonstra que a expansão da mesma só foi possível a partir do momento em que houve a separação institucional da sociedade em esferas econômica e política. Dessa forma, variáveis fundamentais da atividade industrial como trabalho, terra e dinheiro foram transformadas em mercadoria uma vez que era preciso adaptar-se à organização de uma sociedade comercial.

Além disso, o autor critica os adeptos do liberalismo que acreditam que os mercados nas sociedades modernas podem ser auto reguláveis. Polanyi afirma que a dominação do mercado não é algo natural, mas sim resultado de um processo histórico que necessitou de uma imposição política por parte do Estado. Caso não ocorresse uma intervenção do Estado sobre o mercado, restringindo-o, a humanidade seria levada à extinção (De Souza, 2020).

Após o historiador econômico Douglass North vencer o prêmio Nobel em Ciências Econômicas em 1993 com *Instituições, mudança institucional e desempenho econômico* (2018), trabalho que busca desenvolver uma teoria de como as mudanças institucionais influenciaram o desempenho econômico das economias atualmente desenvolvidas, o estudo das instituições passou a ter mais visibilidade no interior das ciências econômicas. Segundo Fiani (2003), nos trabalhos de North, o Estado tem como papel fundamental especificar e assegurar

os direitos de propriedade. As instituições ou organizações políticas e jurídicas estatais, atuariam para fomentar a atividade produtiva ao garantir o cumprimento de contratos ao longo do espaço e do tempo, reduzindo os custos de transações entre os agentes econômicos.

Apesar de ser um termo passível de diferentes interpretações, uma das definições mais conhecidas do que seria uma instituição está presente em North (2018). Para o autor, as instituições são restrições que moldam a interação entre os seres humanos durante a realização de troca de bens e serviços. As restrições institucionais reduzem a incerteza durante as transações ao definirem e limitarem o conjunto de escolhas, ditando o que os indivíduos podem ou não fazer e sob quais condições é aceitável que determinadas atividades sejam exercidas.

As instituições são as regras do jogo em uma sociedade ou, em uma definição mais formal, as restrições concebidas pelo homem que moldam a interação humana. Por consequência, estruturam incentivos no intercâmbio humano, sejam eles políticos, sociais ou econômicos. (...) As instituições abrangem quaisquer formas de restrição que os seres humanos engendram para moldar a interação humana. Podem ser formais ou informais, e me interessam tanto as restrições formais, como as regras que os seres humanos concebem, quanto as informais, como as convenções e os códigos de conduta (North, 2018, p 13 e 14).

Uma das esferas da análise institucional dos fenômenos econômicos tem como ponto de partida a identificação de como as instituições associadas ao Estado podem influenciar o desenvolvimento das economias contemporâneas. Autores como Dani Rodrik e Ha-Joon Chang, em textos mais recentes buscam contribuir para o avanço da temática.

Em seu artigo *State, institutions and structural change* (1994), Chang desenvolve uma teoria institucional sobre a intervenção estatal na economia, argumentando que o Estado tem características únicas que o tornam fundamental para auxiliar o processo de mudança estrutural – aquela que envolve uma mudança tecnológica e institucional. O Estado pode atuar por meio de um papel de empreendedor, no sentido de ser o agente capaz de proporcionar uma “visão” para o futuro e de criar as instituições necessárias para isso, e como gerenciador dos conflitos que surgem durante os momentos de mudança estrutural, em que o deslocamento dos fatores de produção acaba originando novos direitos de propriedade e novas relações de poder.

Já segundo o pensamento desenvolvido por Rodrik (2009) o principal papel das instituições no processo de crescimento econômico seria fornecer o suporte necessário ao desenvolvimento de uma dada economia de mercado. Um dos pontos centrais do livro de Dani Rodrik é determinar quais tipos de instituições são essenciais para um bom desempenho dos mercados. O fato de as instituições examinadas por ele (direitos de propriedade, instituições regulatórias, instituições para a estabilidade macroeconômica, instituições para seguridade

social e instituições para gerenciamento de conflitos) serem criadas e administradas pelo Estado explicita novamente a importância de se considerar a questão institucional na análise econômica.

2.2 A teoria do Estado capitalista de Nicos Poulantzas

Assim como as obras destes autores, o trabalho de Nicos Poulantzas em *Poder político e classes sociais* (2019) traz uma importante contribuição para o avanço da pesquisa que trata sobre como o Estado e suas instituições auxiliam o desenvolvimento das economias capitalistas. Entretanto, a abordagem utilizada por Poulantzas distingue-se dos textos citados anteriormente ao promover uma análise do Estado que leva em consideração as relações de classe que existem dentro do modo de produção capitalista.

No Estado capitalista as instituições estatais, que Poulantzas se refere como superestrutura jurídica-política, existem para conservar as relações de dominação da classe burguesa perante a classe operária. Na análise do funcionamento do Estado em uma economia capitalista, além de entender os objetivos de suas instituições, é necessário examinar a maneira como as relações entre as classes se desenvolvem no interior do aparelho estatal, visto que estas relações de dominância terão reflexos nas políticas sociais e econômicas promovidas por este Estado. Como forma de explicar o relacionamento entre as diferentes frações de classe burguesa em disputa no interior do Estado, o autor elabora o conceito de bloco no poder.

A escolha de Poulantzas em se aprofundar nestes tópicos se fundamenta no fato de que, segundo ele, os pesquisadores de inspiração marxista tendem a privilegiar a prática política, o que o autor denomina como *a política*, quando tratam do Estado, em detrimento *do político*, designado como a superestrutura jurídico-política do Estado. O que acaba se tornando problemático uma vez que:

Ao negligenciar o exame teórico das *estruturas* políticas, corre-se também o risco de deixar escapar o momento atual da conjuntura e cair nesse “momento” de que falava Gramsci, colocando nitidamente o problema. Em suma, se se quiser superar definitivamente um historicismo do político, não basta se limitar à análise teórica do objeto da prática política; é preciso também situar, no interior de uma formação social, o lugar e a função específicos do nível das estruturas políticas que são seu *objetivo*: somente nessa medida a sobredeterminação pelo político poderá aparecer em suas relações com uma história diferencial (Poulantzas, 2019, p. 44).

Uma das possíveis explicações para esse menosprezo em relação à superestrutura político-jurídica do Estado está no fato de Karl Marx não ter formulado uma teoria abordando

especificamente o papel exercido por uma instituição estatal no funcionamento de um modo de produção. As produções científicas de influência marxista que tratam do tema tendem a se basear em trechos presentes nas várias obras de Marx e Engels. Uma das citações mais utilizadas está no Manifesto Comunista (2012, p.55): “O moderno poder estatal é apenas uma comissão que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa.”. A partir desta frase o entendimento que prevaleceu foi de que o Estado é apenas um instrumento da classe dominante para promover seus interesses e que, conseqüentemente, não tem nenhuma autonomia pois está sob o controle direto da classe burguesa.

Entretanto, defendem Perissinotto e Codato (2010) que esta visão do Estado como uma organização neutra e sem autonomia, em que o sentido social de suas ações e decisões depende da classe que está no comando direto dessa instituição, muda em obras posteriores de Marx. Em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (1852), Marx descreve o Estado como uma instituição possuidora de um tipo de dominação de classe inscrita na sua própria organização, ou seja, suas estruturas carregam a marca da classe burguesa. Assim, caso a classe proletária continuasse a fazer uso da “máquina” estatal após a revolução instalada para destruir o sistema capitalista, ela estaria repetindo o procedimento das revoluções anteriores: “Todas as revoluções somente aperfeiçoaram a máquina em vez de quebrá-la. Os partidos que lutaram alternadamente pelo poder consideraram a tomada de posse desse monstruoso edifício estatal como parte do leão dos despojos do vencedor” (Marx, 2011, p.241).

Desta forma, considerando o Estado uma instituição que tem a função de atuar como um fator de coesão social e como um fator de regulação de um sistema de equilíbrio instável¹, como é o sistema capitalista, Poulantzas (2019) argumenta que a análise das estruturas políticas de um modo de produção e de uma formação social é importante pois para que as transformações proporcionadas pela prática (luta) política possam alcançar os resultados esperados é necessário que a superestrutura seja impactada de alguma forma, uma vez que ela consiste no poder institucionalizado do Estado.

Entremos no âmago da questão: as estruturas políticas – o que é designado como superestrutura política – de um modo de produção e de uma formação social consistem no poder institucionalizado do Estado. Com efeito, todas às vezes em que Marx, Engels, Lênin e Gramsci falam de luta (prática) política distinguindo-a da luta econômica, eles consideram expressamente sua especificidade em relação ao seu objetivo particular que é o Estado, enquanto

¹ O conceito de Estado utilizado neste texto se refere àquele desenvolvido por Poulantzas em *Poder político e classes sociais* (1968). Ao longo de sua carreira acadêmica, o conceito de Estado do autor alterou-se ao incorporar outras temáticas.

nível específico de estruturas de uma formação social. Nesse sentido, encontra-se, com efeito, nos clássicos do marxismo, uma definição geral da política. Trata-se muito precisamente, da concepção indicada da prática política: esta tem por objeto o momento atual, ela produz as transformações – ou, aliás, a manutenção – da unidade de uma formação, porém somente na medida exata em que tem como ponto de impacto, como “objetivo” estratégico específico, as estruturas políticas do Estado (Poulantzas, 2019, p. 44).

O Estado, através da sua estrutura jurídico-política, tem como função primordial atuar para impedir o surgimento do conflito político de classes, para manter as condições da produção e conseqüentemente as condições da existência e de funcionamento de um modo de produção e de uma formação social. “O Estado impede, digamos assim, a deflagração do conflito político de classe na medida em que esse conflito reflete – e não numa relação entre fenômeno e essência – a unidade de uma formação. O Estado impede a destruição de uma formação social” (Poulantzas, 2019, p. 50).

Desta forma, o Estado capitalista organiza a dominação da classe dominante, neste caso da classe burguesa; mas diferentemente dos Estados feudal e absolutista, em que as suas estruturas serviam para justificar ou legitimar a dominação econômica e política da classe dominante, no Estado capitalista a sua estrutura se transforma em um véu para a dominação da classe burguesa.

O traço distintivo fundamental, a esse respeito, parece consistir na ausência da determinação de sujeitos, estabelecidos nesse Estado como “indivíduos”, “cidadãos”, “pessoas políticas”, enquanto agentes da produção, o que não ocorria nos outros tipos de Estado. Esse Estado de classe, apresenta, conjuntamente, a especificidade da dominação política de classes está constantemente ausente de suas instituições. Esse Estado se apresenta como um “Estado-popular-de-classe”. Suas instituições estão organizadas em torno dos princípios de liberdade e igualdade dos “indivíduos” ou “pessoas políticas” (Poulantzas, 2019, p. 123).

A superestrutura jurídico-política do Estado capitalista analisada em *Poder político e classes sociais* (2019) é formada pelos valores jurídicos capitalistas (direito capitalista) e pelos valores burocráticos capitalistas (burocratismo). Segundo Saes (1998) as estruturas jurídicas e políticas citadas por Poulantzas consistem em um conjunto de valores que regulam e enquadram de modo durável as práticas sociais, políticas ou econômicas. Enquanto os valores jurídicos capitalista podem ser definidos como aqueles que regulam e enquadram as práticas econômicas e as relações sociais por elas condicionadas; os valores burocráticos capitalistas equivalem aos valores existente nas relações entre os agentes estatais funcionalmente encarregados de regular e enquadrar as práticas econômicas e sociais por elas condicionadas.

A partir da estrutura jurídico-política, o Estado irá produzir dois efeitos ideológicos sobre a classe dominada: os efeitos de isolamento e de representação da unidade. O primeiro efeito surge, pois, o direito capitalista trata todos os indivíduos, sejam eles proprietários dos meios de produção ou trabalhadores, como sujeitos jurídicos de pleno direito e iguais perante a lei. Esta concepção retira dos trabalhadores a sua determinação econômica e conseqüentemente o seu pertencimento de classe, e garante uma forma de poder baseado no “consentimento” das classes dominadas.

O segundo efeito, de representação da unidade, manifesta-se a partir do burocratismo que possibilita que o Estado seja nomeado como o representante dos interesses de toda a sociedade, de todos os indivíduos independentemente de sua classe social. Todos os indivíduos têm formalmente a possibilidade de participar das práticas funcionais do Estado que regulam e enquadram as práticas econômicas e as relações sociais por ela condicionadas. Além disso, a hierarquização existente não se mostra como uma subordinação de uns homens sobre outros, mas sim como uma gradação das competências exigidas pelas diferentes tarefas integrantes de uma atividade social específica (Saes, 1998).

Através de instituições como o direito capitalista e o burocratismo, o Estado capitalista contribui para a manutenção das condições de produção, e conseqüentemente, para a existência e funcionamento do modo de produção capitalista. Apesar de ser a instituição que organiza os interesses da classe burguesa, o Estado não deve ser entendido como um simples instrumento desta classe. Segundo Boito Jr. (2020) o Estado capitalista, em Poulantzas (2019), possui uma autonomia relativa em relação às classes ou frações do bloco no poder e por extensão de seus aliados ou apoiadores. O Estado é simultaneamente arena e ator no conflito de classes. Arena porque ele é considerado o centro de poder político das classes dominantes, local onde as frações disputam a hegemonia dentro do bloco no poder; e ator porque ele, através de sua estrutura jurídico-política, atuará para organizar e manter as relações sociais existentes.

Perissinotto e Codato (2010) afirmam ainda que não se deve confundir o interesse geral da classe burguesa, a manutenção do sistema capitalista, com os interesses egoístas dos membros da classe. O Estado será o responsável por garantir a realização do interesse geral e para reprodução do sistema, mesmo que para isso venha a contrariar os interesses imediatos dos membros particulares da classe dos capitalistas.

A partir desta autonomia relativa em relação às frações de classe do bloco no poder, o Estado capitalista não se resume ao condicionamento ideológico, pois na prática a sua estrutura

institucional obriga a classe dominante a fazer concessões para manter a estabilidade e assim permite que no curto prazo alguns interesses econômicos das classes dominadas sejam atendidos, desde que não interfiram no seu poder político ou alterem o aparelho estatal.

Como o Estado representa, não diretamente os interesses econômicos dessas classes, mas sim seus interesses políticos, mesmo as políticas econômicas e sociais que parecem contrárias aos interesses econômicos das classes dominantes, na realidade estão atendendo aos seus interesses políticos de longo prazo e garantindo a continuação de sua dominação hegemônica. Desta forma, neste tipo de Estado o poder político se apresenta fundamentado no que Poulantzas denominou como equilíbrio instável de compromisso entre as diferentes classes sociais:

Dupla característica, então, do Estado capitalista: por um lado, sua autonomia no tocante ao econômico implica a possibilidade, segundo a relação concreta das forças, de uma política "social", de sacrifícios econômicos em benefício de certas classes dominadas; por outro lado é essa autonomia do poder político institucionalizado que permite cercar o poder econômico das classes dominantes sem jamais ameaçar seu poder político (Poulantzas, 2019, p.196).

Além de sua atuação como ator no processo político, o Estado ainda é arena, ou seja, é centro do exercício do poder político, local onde ocorrem disputas e conflitos entre diferentes classes sociais. Segundo Poulantzas (2019) uma formação social é constituída por vários modos de produção, o que implica a coexistência, no campo da luta de classes, de várias classes ou frações de classe, e conseqüentemente de várias classes ou frações de classe dominante. A partir disso, o autor defende a relevância de se analisar o funcionamento das práticas políticas das classes ou frações dominantes que ocorrem dentro do Estado capitalista e desenvolve o conceito de bloco no poder.

Com efeito, constata-se, nesse tipo de Estado, uma relação específica entre as classes ou frações de classe a cujos interesses políticos esse Estado responde. Isso permite precisamente situar as relações entre as formas de Estado desse tipo e a configuração típica que apresenta essa relação entre classes e frações dominantes em um estágio de uma formação capitalista (Poulantzas, 2019, p.235).

Segundo Saes (2014) essa diferenciação interna na classe capitalista de que fala Poulantzas, produz efeitos politicamente pertinentes, mas isto não implica a constituição de grupos politicamente organizados e ativos. As frações capitalistas podem emergir como grupo politicamente organizado que passou por um processo gradual de tomada de consciência acerca de seus interesses econômicos, apresentando um comportamento ativo em relação às políticas do Estado capitalista; podem emergir de forma reativa sendo oposição quando uma política do

Estado fere seus interesses. Ou seja, o surgimento das frações de classe capitalista é um processo intermitente que depende da fase em que o capitalismo se encontra e da evolução política do Estado.

Ao tratar das frações existentes no interior da classe burguesa Poulantzas (2019) fala na divisão em frações comerciais, industriais e financeiras. Já em *Classes sociais no capitalismo de hoje* (1975) o autor aprofunda esse tema ao analisar a relação das classes sociais e dos Estados nacionais com as metrópoles imperialistas em um capitalismo em sua fase monopolista-imperialista, para isso desenvolve os conceitos de burguesia nacional, burguesia compradora e burguesia interna ou interior:

- A burguesia nacional é uma fração autóctone da burguesia que a partir de certo tipo e grau de contradições com o capital imperialista estrangeiro ocupa, na estrutura ideológica e política, um lugar relativamente autônomo, apresentando assim uma unidade própria; ela é suscetível a adotar certo tipo de aliança com as massas populares em conjunturas determinadas de luta anti-imperialista e de liberação nacional;
- A burguesia compradora não tem base própria de acumulação de capital e age como uma “intermediária” do capital imperialista estrangeiro;
- A burguesia interna ou interior se caracteriza por sua dependência aos processos de divisão internacional do trabalho e de concentração internacional do capital sob a dominação do capital americano.

Segundo De Farias (2009) o produtor ligado ao mercado interno, preocupado com a distribuição de renda, tem grandes chances de atuar como burguesia nacional; já no caso da burguesia compradora, geralmente tal papel é assumido pelas burguesias comercial e bancária; por fim, um exemplo de burguesia interna seria a burguesia industrial brasileira após os anos 1930 que possuía uma dupla dependência externa: tanto financeira como tecnológica.

Em seu texto *As frações da classe dominante no capitalismo: Uma reflexão teórica* (2014) Saes² apresenta os diferentes sistemas de fracionamento da classe dominante desenvolvidos por Poulantzas. A tabela abaixo sintetiza os conceitos apresentados:

² Os textos de Poulantzas utilizados por Saes são: *A crise das ditaduras* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978); *Fascisme et dictature* (Paris, François Maspero, 1970); *Hegemonia y dominación em el Estado moderno* (Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente, 1969); *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui* (Paris, Seuil, 1974); e *Pouvoir politique et classes sociales* (Paris, François Maspero, 1968).

Quadro 1 – Sistema de fracionamento abordados por Poulantzas segundo Décio Saes (2014)

Modo de fracionamento	Frações do capital	Características
Funções do capital	Bancário	A ampliação dos ganhos ocorre através da elevação da taxa de juros (remuneração dos empréstimos em dinheiro).
	Industrial	A ampliação dos ganhos ocorre através da elevação da margem de lucro industrial.
	Comercial	A ampliação dos ganhos ocorre na fase de comercialização (lucro comercial).
Escala do capital	Médio	Empresas capitalistas que operam com quantidades médias de mão de obra, volumes de capital e tecnologia.
	Grande	Empresas capitalistas que operam com grandes quantidades de mão de obra, volumes de capital e tecnologia.
Modo de inserção no sistema econômico capitalista internacional	Burguesia compradora	Segmento do capital que se associa ao capital estrangeiro e defende internamente os seus interesses.
	Burguesia nacional	Segmento do capital composto pelos capitalistas voltados para a exploração do mercado interno.
	Burguesia interna	Segmento do capital composto por grupos que ocupam uma posição dependente dentro do sistema econômico capitalista internacional, subordinando-se ao capital estrangeiro, de uma ou outra forma.

Fonte: Elaboração própria com base em Saes (2014).

Um diferencial do Estado capitalista apontado por Poulantzas (2019) é que neste tipo de Estado não se observa uma “dominação exclusiva” de uma classe ou fração, mas sim o estabelecimento de um bloco no poder que reúne diferentes classes ou frações de classe dominantes. A constituição desse bloco no poder só é possível por causa das suas instituições estatais, como por exemplo o sufrágio universal, responsável por permitir a “participação” de todas as classes no processo político. Portanto, Poulantzas irá denominar como bloco no poder a unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, em sua relação com uma forma particular de Estado capitalista. O bloco no poder, apesar de reunir diferentes classes ou frações com interesses diversos e às vezes contraditórios, ainda mantém uma unidade, um mesmo interesse quando o assunto é o Estado, que é garantir a manutenção do regime de propriedade privada e das condições de exploração do trabalho assalariado.

Para Saes (1998) o conceito de bloco no poder de Poulantzas indica que a unificação política das classes proprietárias contra as classes trabalhadoras não exclui a submissão política (ou “hegemonia” no sentido estrito) de certas frações de classe dominante à fração de classe dominante mais poderosa. Já para De Farias (2009) o bloco de poder vai além da formação de alianças ou acordos políticos:

A existência do bloco de classes e frações dominantes, ou seja, o bloco no poder, independe de acordo político explícito, já que se trata de uma comunidade de interesses cuja unidade é garantida pelo aparelho de Estado. Nessa direção, o bloco no poder é mais amplo que o conceito de aliança, no sentido de que diz respeito a uma mesma situação comum de segmentos que pertencem às classes dos proprietários dos meios sociais de produção. Trata-se de uma condição comum de partícipes privilegiados da ordem social, o que faz que todos os segmentos das classes dominantes se unifiquem em torno de certos objetivos políticos gerais (Farias, 2009, p. 93).

Em sua análise sobre a classe hegemônica, Poulantzas (2019) se utiliza do conceito desenvolvido por Antonio Gramsci³:

Assim, a uma primeira leitura de suas obras, o conceito de hegemonia parece indicar uma situação histórica na qual a dominação de classe não se reduz à simples dominação pela força e pela violência, mas comporta uma função de *direção* e uma função *ideológica particular*, por meio das quais a relação dominantes-dominados é fundada sobre um "consentimento ativo" das classes dominadas" (Poulantzas, 2019, pág. 138).

O conceito de hegemonia utilizado por Poulantzas abrange dois sentidos. Primeiramente, a fração ou classe hegemônica pode ser entendida como aquela que se mostra como a representante dos interesses gerais de todo o corpo político ou povo-nação. Também se entende que a classe hegemônica é aquela que, em sua relação com o Estado, detém uma posição dominante sobre as demais classes ou frações de classe dominantes. Desta forma o autor considera como classe hegemônica aquela que concentra em si, no nível político, a *dupla função* de representar o interesse geral do povo-nação e de deter uma dominância específica entre as classes e frações dominantes, isso em sua relação particular com o Estado capitalista.

As frações burguesas presentes dentro do bloco no poder, com diferentes interesses econômicos no curto e médio prazo, disputam a posição hegemônica dentro do bloco e buscam aumentar a influência dentro dos centros de poder do Estado para que as políticas econômicas do governo atendam estes interesses. Pinto e Balanco (2014) ressaltam, assim como Poulantzas, que as políticas estatais podem ser consideradas como reflexo das disputas entre as frações do bloco no poder em momentos históricos e espaciais determinados, além de depender de uma maior ou menor autonomia relativa dentro desses centros de poder do Estado capitalista:

Deste modo, as políticas estatais tendem a expressar, por sua vez, os movimentos contraditórios que se desenvolvem no aparelho de estado e que são fruto de determinada conjuntura das forças sociais no bloco no poder. A política pública, em especial a econômica, portanto, não pode ser apreendida apenas pela ideia de que ela é configurada como um desenho de especialistas ou como um campo neutro, destituído, à moda positivista, de qualquer juízo de valor. Na verdade, o enfoque

³ *Note sul Machiavelli, sulla politica e sullo Stato moderno*, Einaudi, p. 87 ss., p. 125 ss.

defendido aqui é que a política pública, mesmo parecendo caótica e contraditória no curto prazo, é originária da interação e dos conflitos de um processo decisório que expressa, no longo prazo (aqui entendido como equivalente ao nível abstrato-formal), um interesse hegemônico da fração dominante no bloco no poder (Pinto e Balanco, 2014, p. 53).

Poulantzas (2019) ressalta ainda que o conceito de bloco no poder não está diretamente relacionado à cena política. Enquanto o bloco no poder se refere ao campo das práticas políticas das classes dominantes, a cena política corresponde ao lugar onde a luta das forças sociais são organizadas em partidos políticos. Desta maneira, a representação partidária de uma classe, ou seja, sua ausência ou presença na cena política, não significa que ela faça ou não parte do bloco no poder. No processo político, existem classes ou frações politicamente dominantes, que fazem parte do bloco no poder, e as classes ou frações reinantes, que têm seus partidos políticos em lugares dominantes da cena política.

O bloco no poder de um estágio estabelece os limites das diversas relações partidárias que marcam o ritmo desse estágio na cena política: essas relações correspondem a uma forma de regime, ela própria situada dentro dos limites estabelecidos pela forma de Estado correspondente ao bloco no poder. O bloco no poder, e as relações que este determina entre as classes e frações dominantes, serve assim para localizar e decifrar a significação real (de classe) das relações propriamente partidárias no interior de um estágio, para decifrar, então, sua defasagem com as relações políticas de classe (Poulantzas, 2019, p.235).

De acordo com Perissinotto e Codato (2010) existem passagens nos textos de Marx que demonstram que não é necessário que a classe burguesa ocupe ou controle diretamente o Estado, ou seja, faça parte de partidos políticos, para que este cumpra a sua função de garantir a ordem material da sociedade burguesa. Em *A Guerra Civil na França* (1871) Marx afirma, segundo os autores, que temendo o impacto da instabilidade política nos seus negócios, a burguesia extraparlamentar (a classe burguesa propriamente dita, os proprietários dos meios sociais de produção) renuncia ao seu “poder político” abandonando os seus representantes (burguesia parlamentar) à própria sorte e apoiando abertamente o golpe de Estado de Napoleão Bonaparte.

Em síntese, a obra de Poulantzas traz uma contribuição inovadora para os estudos sobre o papel do Estado na economia capitalista. O autor demonstra a importância das instituições criadas e administradas pelo Estado para o desenvolvimento da economia capitalista, sem deixar de lado a complexidade dos conflitos entre as classes sociais que disputam poder no âmbito do Estado. Desta forma, através dos conceitos de superestrutura jurídica-política e bloco

no poder é possível a realização de uma análise mais completa das políticas econômicas e sociais praticadas pelo Estado.

2.3 Papel do Estado na economia e composição do bloco no poder em uma economia neoliberal

Segundo Anderson (1995) o neoliberalismo começa a ganhar espaço nos países da Europa Ocidental e América do Norte a partir da década de 1970 tendo como base a revalorização do liberalismo econômico dos séculos XVIII e XIX, como uma forma de reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar social que fora adotado nas décadas anteriores. Neste período, os países desenvolvidos enfrentam o desafio causado pelo fim da Era de Ouro do capitalismo mundial e pela crise do modelo econômico baseado no Estado de bem-estar e influenciado por teorias keynesianas. A explicação dos autores neoliberais para crise é de que as políticas sociais redistributivas destruíram a liberdade individual e a concorrência e que as pressões por aumentos salariais minaram os lucros das empresas e conseqüentemente as bases para a acumulação capitalista. Assim, a crise deveria ser enfrentada com políticas que aumentassem os lucros das empresas e que controlassem os processos inflacionários. O que é feito, segundo a ortodoxia liberal, evitando-se a intervenção anticíclica e a redistribuição social, ou seja, reprimindo o poder dos sindicatos, utilizando de uma política monetária restritiva, disciplina orçamentária, contenção de gastos sociais e redução dos impostos sobre rendas.

Saad Filho (2015) analisa o neoliberalismo ressaltando que este não deve ser resumido a um conjunto de políticas e instituições baseadas nas escolas austríacas e de Chicago ou uma “conspiração capitalista” do Estado representando os interesses da burguesia contra os trabalhadores. O autor acredita que apesar das dificuldades de conceituação, o neoliberalismo pode ser analisado como um sistema de acumulação, uma estrutura material de reprodução econômica, social e política, que caracteriza o capitalismo contemporâneo. Assim, o autor salienta:

Em essência, o neoliberalismo é baseado no uso sistemático do poder do Estado, sob o véu ideológico da ‘não intervenção’, para impor um projeto hegemônico de recomposição da ordem capitalista em cinco níveis: a alocação de recursos domésticos, a integração econômica internacional, a reprodução do Estado, a ideologia e a reprodução da classe trabalhadora (Saad Filho, 2011, p. 6).

A ideologia neoliberal tem como seu marco inicial a publicação do livro “O Caminho da Servidão” de Friedrich Auguste Hayek em 1944. De acordo com o Anderson (1995), o livro

de Hayek “Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política”.

Segundo Evans (1998) as razões para o declínio da visão desenvolvimentista dos Estados e o início da expansão do neoliberalismo nos países ocidentais foram as mudanças no clima ideológico e intelectual, o fracasso do modelo anterior em manter o crescimento impressionante da década de ouro e a alteração na definição de mudança estrutural que passou a significar simplesmente medidas de ajuste estrutural. Neste cenário, a visão ortodoxa, por ele denominada como neoutilitarista se expandiu e começou a ditar o modo de atuação dos Estados.

A visão neoutilitarista se inspira na teoria neoclássica da maximização individual, enxergando o Estado como uma simples agregação dos interesses dos agentes econômicos. O aparelho estatal é caracterizado por relações de troca entre aqueles que estão no poder e seus apoiadores por meio da troca de benefícios diretos ou regras que privilegiam os grupos favorecidos. Para impedir que essas relações levem à expansão de atividades produtivas ineficientes que irão diminuir o dinamismo econômico, o Estado deve restringir sua área de atuação na atividade econômica e utilizar sempre que possível os mecanismos de mercado como guia. O argumento principal é de que o Estado impede as iniciativas empreendedoras e incentiva as atividades improdutivas devido a orientação para renda ou corrupção por aqueles que trabalham para o Estado (Evans, 1998).

De acordo com Boito Jr. (1999 apud Carinhato, 2008) na ideologia neoliberal o mercado é considerado superior ao Estado. A ação estatal, na atividade produtiva ou como regulador do mercado, é considerada nociva ao crescimento econômico:

Economicamente, ela deformaria o sistema de preços – o principal indicador das necessidades econômicas da sociedade – criaria monopólios, eliminando a soberania do consumidor e, desse modo, deixaria de punir a ineficiência. No plano político, a ação econômica do Estado criaria privilégio para alguns e dependência para muitos. Os cidadãos acostumar-se-iam ao paternalismo do Estado, e assim deixariam de desenvolver sua capacidade de iniciativa para resolver seus próprios problemas. E quanto aos serviços públicos, eles não seriam valorizados por seus usuários, uma vez que não seriam eles que o pagariam (Boito Jr., 1999 apud Carinhato, 2008, p. 38).

Porém, esta alegação de que o Estado impediria o crescimento econômico, não se prova, segundo Chang (2003). Em seu trabalho esse autor demonstra que os países atualmente desenvolvidos usaram ativamente de políticas industriais, comerciais e tecnológicas intervencionistas para promover seus processos de industrialização. Através de uma análise histórica dos períodos de industrialização dos países atualmente desenvolvidos, Chang

demonstra que na maioria dos casos as políticas e instituições utilizadas não seguiram o receituário neoliberal. Um dos casos mais evidentes é o da Grã-Bretanha durante a primeira Revolução Industrial, que utilizou diversas vezes de proteção tarifária para dar maior competitividade aos seus produtos têxteis e preservá-los da concorrência estrangeira:

(...) A Grã-Bretanha aplicou tarifas muito elevadas sobre os produtos manufaturados até o fim da década de 1820, cerca de duas gerações após a Revolução Industrial. Em 1699, o Wood Act proibiu as exportações de produtos de lã provenientes das colônias, destruindo totalmente a indústria nascente de lã irlandesa, na época superior. Em 1700, impôs-se uma barreira a importação dos produtos de algodão de Índia (o morim), também de qualidade superior, debilitando aquele que, na época, era considerado o setor manufatureiro de algodão mais eficaz do mundo. Subsequentemente, em 1813, a indústria indiana de algodão acabou destruída, com o fim do monopólio comercial da Companhia das Índias Orientais, quando a Grã-Bretanha passou a ser uma produtora mais eficiente do que a Índia. Duas gerações depois, em 1873, já se estimavam que 40%-45% da exportação têxtil de algodão da Grã-Bretanha se destinava a esse país” (Chang, 2003, p. 44 e 45).

Além da defesa da separação entre Estado e mercado e da suposição de que os mercados são mais eficientes na alocação de recursos do que o Estado, conforme Saad Filho (2015) estão entre os princípios neoliberais: a crença de que a participação em um economia globalizada com a liberalização das finanças levaria ao crescimento econômico; o pressuposto de que a estabilidade macroeconômica e o crescimento do produto dependem de uma baixa inflação e por último, a percepção de que a operação das principais políticas macroeconômicas neoliberais, como a “liberalização” do comércio, dos mercados financeiros e de trabalho, as metas de inflação, a independência do Banco Central, o câmbio flutuante e as regras orçamentais restritivas, está condicionada à oferta de garantias estatais potencialmente ilimitadas para o sistema financeiro.

Estas características do neoliberalismo apresentadas por Saad Filho podem ser relacionadas com a análise do trabalho de Poulantzas (2019) realizada por Pinto e Balanco (2014), que enfatiza que a questão da separação entre Estado e mercados é uma maneira do Estado representar os interesses das classes dominantes que fazem parte do bloco no poder:

Ao analisar a sociedade capitalista, Poulantzas (1985) observa que, dada a separação entre as estruturas econômicas e o Estado, decorrente do isolamento e da desapropriação dos produtores diretos dos seus meios de produção, fez-se necessário promover a ideologia capitalista que apregoa a igualdade dos indivíduos na vida política como elemento de manutenção do status quo. Fixadas as desigualdades das relações econômicas com a maior concentração e centralização de capital, a ideologia capitalista alçou o conceito de democracia formal, no nível político, como pré-condição necessária do capitalismo, já que nessa dimensão, incluindo o aparelho

jurídico, todos os membros da sociedade são iguais (uma cabeça um voto). Neste contexto, o Estado “deve ‘parecer’ autônomo e neutro, enquanto ao mesmo tempo, mantém as classes dominadas divididas e representa os interesses do bloco no poder das classes dominantes” (Pinto e Balanco, 2014, p. 51).

Seguindo a tendência mundial, o capital financeiro, tanto nacional como estrangeiro, também ganha espaço no interior do bloco no poder no Brasil na década de 1990. Boito Jr. (2007), Filgueiras (2006) e Teixeira e Pinto (2012) concordam que a fração de classe hegemônica do bloco no poder na atual fase do capitalismo brasileiro, marcada pelo neoliberalismo, é o capital financeiro. Este pode ser conceituado como produto da fusão entre o capital bancário e o capital industrial, com a dominação do primeiro (Hilferding, 1985 apud Filgueiras 2006), como fração do capital que se valoriza conservando a forma dinheiro” (Chesnais, 1997 apud Boito Jr. 2007) ou como o capital que surge a partir da constituição de uma solidariedade de interesses financeiros da comunidade de negócios, que articula o capital industrial e o capital bancário, sem, contudo, haver, necessariamente, uma fusão integração orgânica (Hobson, 1983 apud Filgueiras 2006).

Filgueiras (2006) ressalta ainda que apesar de atualmente a maioria das frações do capital estejam financeirizados, ou seja, aplicam seus excedentes no mercado financeiro, devem ser considerados como sujeitos fundamentais apenas aqueles que se articulam organicamente com a esfera financeira, através do controle e propriedade de uma ou mais instituições financeiras.

Chesnais (2001) afirma que desde “revolução conservadora” promovida por Margaret Thatcher e Ronald Reagan nos anos 1979-1981, o processo de acumulação de capital entrou em uma fase por ele denominada de mundialização do capital em que “o capital conseguiu fazer soltar a maioria dos freios e anteparos que comprimiram e canalizaram sua atividade nos países industrializados” (Chesnais, 2001, p. 10). Segundo o autor os principais beneficiários desta nova configuração do capitalismo são os bancos, mas especialmente as companhias de seguro, os fundos de aposentadoria por capitalização (os Fundos de pensão) e as sociedades financeiras de investimento financeiro coletivo, administradoras altamente concentradas de ativos para a conta de cliente dispersos (os Mutual Funds). Sobre o processo de mundialização do capital, Chesnais explica:

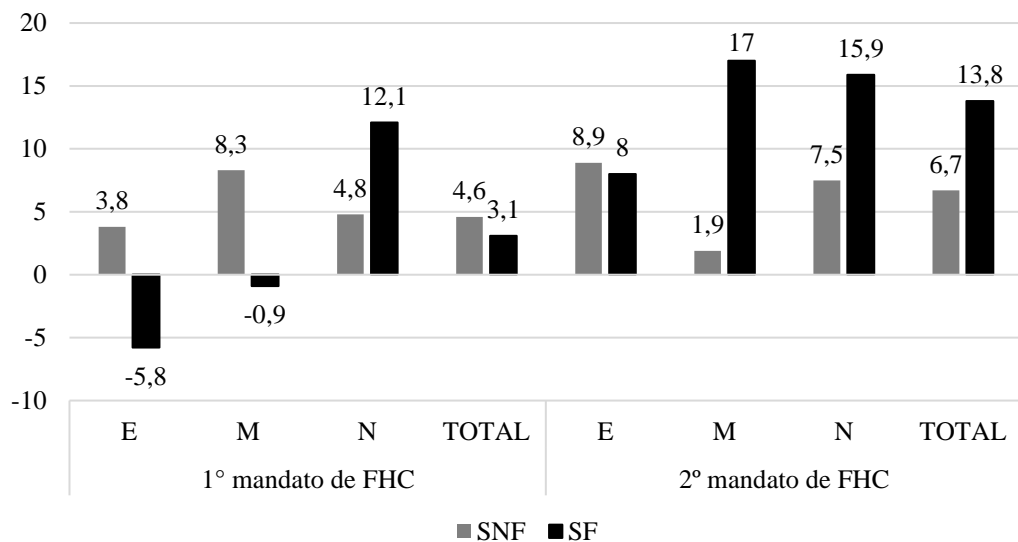
Esta encontra-se ordenada de modo a permitir a apropriação em uma escala “mundial”, em condições tão regulares e seguras quanto possível, dos lucros industriais, mas também e, sobretudo, das receitas financeiras, dos juros e dos dividendos. Sua arquitetura tem principalmente por objetivo permitir a valorização em escala internacional de um “capital de investimento

financeiro,” sobre uma vintena de mercados financeiros desregulados que desenham o espaço da “mundialização financeira” (Chesnais, 2001, p. 13).

Ainda de acordo com Chesnais (2001) em um regime de acumulação predominantemente financeiro, os mercados financeiros demonstram possuir um papel de “regulador” das finanças macroeconômicas e conseguem influir na determinação do nível de consumo, investimento e emprego de um país por meio da fixação das taxas de juros; na determinação da parte dos lucros que é deixada aos grupos para investir sem medo de sofrer a sanção dos acionistas ou de dar aos rivais os meios para fazerem oferta pública de ações; na força dos mecanismos que faz pesar sobre os governos para lhes impedir de sustentar as taxas de investimentos e para empurrá-los à privatização e à desregulamentação.

Como pode ser visto no gráfico 1, de acordo com Pinto (2010) a partir do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), período de intensiva abertura e desregulamentação financeira, houve um expressivo aumento nas taxas de lucros do setor financeiro nacional quando comparado com as taxas de lucros dos setores não-financeiros. O que demonstra o avanço do capital financeiro sobre os demais setores econômicos.

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Lucro do Setor Financeiro e Não-Financeiro por Controle da Propriedade: médias anuais por período selecionado



*E – Empresa estatal; M – Empresa multinacional; N – empresa nacional privada; SNF - Setor não-financeiro; SF - Setor financeiro.

Fonte: Pinto, 2010.

De acordo com Boito Jr. (2007) o grande capital financeiro nacional e internacional pode ser caracterizado como a fração burguesa hegemônica no modelo neoliberal porque os principais elementos da política neoliberal como o desmonte dos direitos trabalhistas e sociais, a privatização das empresas estatais, a abertura comercial e a desregulamentação financeira

atendem integralmente aos interesses dessa fração da burguesia. De acordo com o autor desde o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e continuando no governo Lula (2003-2010), o Estado brasileiro atua para atender, especificamente, os interesses do grande capital financeiro através das políticas econômicas de:

- Desregulamentação financeira: como o objetivo de assegurar a livre conversão das moedas e a livre circulação das aplicações em títulos públicos e em bolsas de valores;
- Câmbio relativamente estável e livre: permite a conversão e a reconversão das moedas sem sobressaltos ou prejuízo;
- Pagamento da dívida pública externa e interna com taxa básica de juro real elevada: com a finalidade de assegurar uma alta remuneração para os títulos públicos detidos, majoritariamente, pelas empresas que têm maior liquidez, isto é, pelo próprio capital financeiro;
- Spread liberado: em que o capital financeiro tem liberdade para cobrar o máximo possível pelo capital que cede emprestado a capitalistas e consumidores;
- Ajuste fiscal: garanta o pagamento dos juros dos títulos da dívida pública.

Apesar da predominância das políticas neoliberais desde a década de 1990, Boito Jr. (2007) ressalta que as políticas citadas anteriormente, beneficiadoras do capital financeiro, não são um consenso entre as diferentes frações de capital do bloco no poder. A partir do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso irão surgir conflitos entre o setor financeiro e a grande burguesia industrial interna. Visto que, enquanto as políticas desregulamentação do mercado de trabalho e de redução de gastos sociais eram apoiadas por todos as frações burguesas; as políticas de abertura comercial e de desregulamentação financeira tem prejudicado a burguesia industrial interna, com os juros elevados e a concorrência estrangeira.

Com a adoção do modelo neoliberal no Brasil, o Estado ao privilegiar os interesses da fração dominante do bloco no poder, retira-se dos setores estratégicos da atividade econômica e perde a sua autonomia de realizar a política econômica e a sua capacidade de planejar, regular e induzir o sistema econômico. “O crescimento acelerado da dívida pública, juntamente com a livre mobilidade dos fluxos de capitais, é parte central da subordinação da política macroeconômica aos interesses do capital financeiro, ao mesmo tempo em que redefiniu a presença dos interesses das distintas classes e frações de classe no interior do Estado” (Filgueiras, 2006, p. 195).

Desde a ascensão do neoliberalismo tem se implementado políticas econômicas que seguem os princípios da mínima intervenção estatal na atividade produtiva e da

desregulamentação dos mercados. Porém na realidade, o que se percebe é um Estado cada vez mais atuante para cumprir seu papel de conservar as relações de dominação da classe burguesa perante a classe operária e conseqüentemente manter as condições de produção necessárias para a existência do modo de produção capitalista. A implementação de políticas neoliberais como a desregulamentação do mercado de trabalho e do setor financeiro, a redução de gastos sociais e privatização de empresas estatais são indícios de que o Estado através de suas instituições favorece os interesses das frações da classe burguesa que formam o bloco no poder.

3 BLOCO NO PODER NOS GOVERNOS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002) E LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2010)

Neste capítulo será realizada uma contextualização dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio “Lula” da Silva (2003-2010). Serão analisados o desempenho econômico e a estrutura do bloco no poder nos respectivos governos a partir da apresentação das principais políticas econômicas adotadas e dos indicadores macroeconômicos selecionados.

3.1 Antecedentes de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio “Lula” da Silva (2003-2010)

O modelo liberal foi implementado no Brasil durante o governo de Fernando Collor no início da década de 1990, em conformidade com a tendência mundial de adoção dos princípios do neoliberalismo. A ascensão desta forma de Estado é consequência também da crise do Estado desenvolvimentista, modelo até então adotado.

No governo de Getúlio Vargas o Estado se transformou no núcleo organizador da sociedade brasileira e se tornou a principal alavanca de construção do capitalismo industrial no país. Entretanto, com o avanço da transnacionalização do capitalismo e democratização da sociedade após o fim do regime militar, o Estado desenvolvimentista que já demonstrava desgaste tanto material quanto político desde os anos 1970 entra em desagregação com a crise fiscal causada pelo crescimento da dívida externa (Sallum, 1999).

Além dos problemas causados pela alta inflação e pela crise fiscal durante a década de 1980, autores como Sallum (1999), Maciel (2011) e Ianoni (2009) afirmam que a partir da década de 1980 o Brasil enfrentou uma crise de hegemonia burguesa dentro do Estado brasileiro, dentre as causas desta crise está o esgotamento do modelo desenvolvimentista de Estado. De acordo com Maciel (2011) uma crise de hegemonia, ou o esgotamento do modelo desenvolvimentista, se iniciou em 1987 tendo como foco o padrão de acumulação capitalista centrado no Estado desenvolvimentista e como base a aliança político-social que tinha nas frações estatal, privada nacional e estrangeira do capital monopolista seu eixo de sustentação.

Utilizando-se do conceito de Antonio Gramsci em *Cadernos do cárcere, Volume 3* (2019), Ribeiro (2020) ressalta que a crise de hegemonia ou crise de representação ocorre

quando as instituições e organizações da classe dirigente como um todo perdem capacidade de construir um consenso dos governados.

Esse fato associado à crise econômica pode culminar em uma crise orgânica, ou seja, quando “a crise de hegemonia, aquilo que chamamos de crise de representação, coincide com uma crise econômica que mina a capacidade material de conformação de uma nova hegemonia” (BIANCHI, 2017, p. 35). Não há uma definição sobre o que causaria primariamente uma crise orgânica. Uma aguda crise nas relações de produção pode coincidir ou mesmo estimular uma crise política, mas esse processo não é automático. E, de forma recíproca, uma crise de representação pode ocorrer sem necessariamente uma situação econômica regressiva. (Ribeiro, 2020, p. 33)

A crise de hegemonia do pacto de dominação instaurada pela ruptura do padrão de financiamento do Estado desenvolvimentista que veio com o desequilíbrio das contas externas tem como componente também uma dimensão de crise ideológica. “Durante os anos 1980, as forças até então acomodadas na aliança desenvolvimentista – aliança que nunca foi estática – dividem-se, grosso modo, em duas grandes posições: por um lado, as que perseveram no nacional-desenvolvimentismo e, por outro, as que aderem à perspectiva neoliberal” (Ianoni (2009, p.151).

Segundo Diniz (2010) nos anos de 1980 e 1990 houve uma inflexão na trajetória do capitalismo brasileiro: os empresários brasileiros param de apoiar o modelo nacional-desenvolvimentista em que a industrialização era baseada em três pilares: Estado forte e protecionista; planejamento econômico para o desenvolvimento; e corporativismo estatal de articulação entre empresários e Estado. O que se observou na década de 1990 era um consenso entre os empresários em torno da postura neoliberal.

A postura do empresariado de adesão aos princípios do neoliberalismo remonta à campanha contra a estatização da economia, que se desdobrou entre 1975 e 1985. Essa posição é reafirmada no documento publicado pela FIESP em 1990, Livre para Crescer, Proposta para um Brasil Moderno. Atinge seu ponto crítico durante a primeira tentativa de revisão constitucional. Entre 1993-1994, as elites empresariais mobilizaram-se intensamente, criando a Ação Empresarial, sob a liderança de Jorge Gerdau Johannpeter, com o objetivo de exercer influência sobre o Congresso na defesa dos postulados liberais. Durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, a CNI, sob a direção de Fernando Gonçalves Bezerra, industrial e senador pelo Rio Grande do Norte, e a FIESP, sob a direção de Carlos Eduardo Moreira Ferreira, revelaram alta concordância com as prioridades da agenda pública, principalmente no tocante às chamadas reformas estruturais. Em maio de 1996, uma caravana de cerca de 3000 empresários, comandada pelas principais entidades de classe, deslocou-se para Brasília a fim de apoiar o governo em seus esforços junto ao Congresso para aprovar as reformas constitucionais.

Além de tais demonstrações de afinidade, a classe apoiou maciçamente a reeleição do presidente Fernando Henrique (Diniz, 2000, p.77-104).

Com o processo de redemocratização, Fernando Collor de Mello saiu vitorioso nas primeiras eleições diretas para presidência da República desde o fim do regime militar. Maciel (2011) considera que o governo de Fernando Collor de Mello foi o responsável por implantar o projeto neoliberal no Brasil como elemento condutor da ação governamental em todas as suas esferas. Segundo o autor, na época o projeto neoliberal se apresentou como uma alternativa no interior do bloco no poder que permite às frações burguesas atualizarem a sua dominação social.

Porém, mesmo com este relativo consenso entre os empresários em torno da postura neoliberal, Sallum (1999) afirma que o governo Collor não conseguiu solucionar a crise de hegemonia e a instabilidade econômica instauradas no país devido ao fato de que a economia brasileira, altamente dependente dos investimentos estrangeiros, enfrentou dificuldades quando estes cessaram após a crise fiscal. A enorme pressão política dos norte-americanos para a realização da “liberalização econômica” e a considerável presença no espaço público nacional de movimentos sociais, organizações populares, de classe média e de empresários reduziu o raio de manobra que tinham os dirigentes do Estado para definir saídas para a crise “de cima para baixo”. A alternativa escolhida por Fernando Collor nesta situação foi restaurar autocraticamente a estabilidade da moeda com a política de congelamento de preços e confisco de aplicações financeiras em uma sociedade que avançava para a democratização, sujeitar as organizações tradicionais de representação empresarial a ataques verbais sistemáticos, reduzir as despesas do Estado ao desorganizar a administração pública com dispensas arbitrárias e em massa de funcionários, e tentar fragilizar organizações operárias que se opunham incentivando organizações alternativas ligadas ao governo.

Além das questões acima citadas, de acordo com Boito Jr (2012), o governo Collor não foi bem sucedido em contornar os conflitos no interior do bloco no poder, pois, o que viria a se tornar a burguesia interna, os grandes industriais e o agronegócio, mantinha uma relação contraditória com o programa neoliberal do governo Collor.

Apoiavam, como toda a burguesia, a política social do neoliberalismo: desindexação dos salários, desregulamentação das relações de trabalho, redução e cortes nos direitos sociais – nas áreas de saúde pública, de previdência pública e de educação. Porém, relutavam em aceitar ou mesmo se opunham a aspectos importantes da política econômica neoliberal: rejeitavam a política de abertura comercial, que ameaçava o mercado cativo que o desenvolvimentismo criara para a indústria local, e procuravam manter

posições de força que tinham conquistado no capitalismo brasileiro e que eram ameaçadas pelas reformas neoliberais (Boito Jr., 2012, p. 76).

Desta forma, para Ribeiro (2020) a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1994 representou para os empresários brasileiros uma possibilidade de superação da crise de representação ou crise de hegemonia das classes dominantes que se iniciou na década de 1980, período em que se multiplicaram entidades com diferentes visões acerca da condução das políticas estatais. A falta de articulação entre as diferentes frações do capital, o medo da vitória do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva e a insatisfação com o governo Collor estão entre as razões que fizeram com que houvesse uma unidade entre as diversas frações burguesas em torno do voto no candidato Fernando Henrique Cardoso na eleição de 1994.

3.2 Fernando Henrique Cardoso, neoliberalismo e a hegemonia do capital financeiro no bloco no poder

O governo de Fernando Henrique Cardoso se inicia tendo que enfrentar duas questões principais, não solucionadas pelo governo anterior: a inflação alta e os conflitos entre as frações de classe burguesa do bloco no poder acerca do programa neoliberal.

Durante a década de 1980 e 1990 a inflação brasileira atingiu patamares altíssimos, chegando a alcançar o valor de 1.972,91 % a.a. no final da década, conforme tabela 1. De 1980 a 1992 foram implementados cinco planos de estabilização com objetivo de controlar o processo inflacionário: Plano Cruzado em 1986, Plano Bresser em 1987, Plano Verão em 1988, Plano Collor I em 1990, Plano Collor II em 1991.

Tabela 1 - Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – Brasil - (% a.a.)

Ano	IPCA	Ano	IPCA
1981	95,62	1996	9,56
1982	104,79	1997	5,22
1983	164,01	1998	1,65
1984	215,26	1999	8,94
1985	242,23	2000	5,97
1986	79,66	2001	7,67
1987	363,41	2002	12,53
1988	980,21	2003	9,30
1989	1972,91	2004	7,60
1990	1620,97	2005	5,69
1991	472,70	2006	3,14
1992	1119,10	2007	4,46
1993	2477,15	2008	5,90
1994	916,46	2009	4,31
1995	22,41	2010	5,91

Fonte: Elaboração própria. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (IBGE/SNIPC), 2022.

Na tentativa de resolver a questão inflacionária, a crise do Estado desenvolvimentista e a crise fiscal, Fernando Henrique Cardoso deu continuidade em seu mandato ao plano de estabilização que foi criado quando este ainda era Ministro da Economia do governo Itamar Franco. O Plano Real foi pensado para ser executado em três fases: em junho de 1993 foi colocado em prática o Programa de Ação Imediata (PAI); em março de 1994 foi implementada a Unidade Real de Valor (URV) e em julho a nova moeda, o real, foi colocada em circulação.

Segundo Rego e Marques (2018) o Plano Real, diferentemente de seus antecessores, levou em consideração os componentes inercial e da demanda em sua formulação. Porém, de acordo com Filgueiras (2007) o Plano Real não foi apenas mais um plano de estabilização monetária: “Mais do que isso, ele representou uma estratégia de combate à inflação cuja concepção e implementação teve como componente fundamental as “reformas” estruturais de caráter liberal, além da mudança do padrão monetário do país e de uma política macroeconômica de câmbio (quase) fixo” (Filgueiras, 2007, p.97).

Segundo Ianoni (2009), além de controlar a inflação, o Plano Real desenvolvido durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC) desempenhou um importante papel no processo de reconstrução da estrutura de poder do Estado brasileiro. Segundo o autor o Plano Real, ao se tornar o carro-chefe de um programa de políticas formuladas e implementadas para materializar um projeto alternativo e estratégico de reconstrução do poder, conseguiu abranger

as quatro dimensões da crise do Estado desenvolvimentista: macroeconômica, sociopolítica, ideológica e político-institucional.

A crise de governabilidade foi superada pela clássica interação política entre conjuntura e liderança legítima, ou seja, pela ação política circunstanciada e de vocação hegemônica; o Plano Real envolveu uma profunda interação entre Executivo, Legislativo, Judiciário, partidos políticos, entes federativos subnacionais, diversos agentes econômicos, grande mídia e outros atores da sociedade civil, resultando na emergência sincronizada, nas esferas sociopolítica e político-institucional, de um pacto de dominação liberal que superou a crise de hegemonia e inaugurou um novo padrão de Estado no Brasil (Ilanoni, 2009, p.163).

Ainda segundo Ribeiro (2020) o governo de Fernando Henrique Cardoso conseguiu promover a hegemonia do capital financeiro sobre o conjunto da burguesia através do “pacto de classes do Plano Real”. O Plano Real teve apoio do conjunto da burguesia uma vez que o controle inflacionário obtido possibilitou com que todas as frações da burguesia tivessem assegurados lucros extraordinários, especialmente o capital financeiro. Desta forma, para a autora o pacto de classes do Plano Real foi o responsável por consolidar a fração bancário-financeira da burguesia, principal agente do processo de financeirização que marca o capitalismo contemporâneo.

Assim como Ribeiro (2020), Boito Jr (2006) também ressalta o papel das políticas neoliberais, implementadas durante o governo Collor e continuadas no governo Fernando Henrique - desmonte do direito do trabalho e social, a privatização, a abertura comercial e a desregulamentação financeira - na consolidação do capital financeiro como fração dominante no bloco no poder no modelo neoliberal, visto que os aspectos da política neoliberal atendem integralmente aos interesses dessa fração da burguesia:

A política de desregulamentação financeira, associada à política de juros altos e de estabilidade monetária, contempla, ao mesmo tempo, os investimentos financeiros estrangeiros e os grandes bancos nacionais –um reduzido grupo de apenas 25 bancos controla 81% do ativo total do setor bancário brasileiro e durante os mandatos de FHC e também agora sob o governo Lula a lucratividade do setor bancário foi sempre mais elevada que a do setor industrial (Boito Jr., 2002: 58). A estabilidade da moeda é imprescindível para que a livre movimentação de entrada e saída de capitais não seja afetada por incertezas e prejuízos que poderiam advir de variações grandes ou abruptas na taxa de câmbio ou nos preços internos. Já a política de juros altos favorece o setor bancário de duas maneiras. De um lado, pelo fato de esse setor, dispor de maior liquidez que o setor produtivo, ser o principal detentor dos títulos da dívida pública (Boito Jr, 2006, p.274).

As políticas macroeconômicas adotadas por FHC tinham como objetivo principal a continuidade da estabilidade macroeconômica. Tais políticas podem ser resumidas no chamado tripé macroeconômico, formado pelo regime de metas de inflação, pelo sistema de câmbio flutuante e pela austeridade fiscal. A tabela 2 apresenta uma síntese do desempenho da economia brasileira durante os anos de 1995 a 1998, referentes ao primeiro mandato de FHC.

Tabela 2 – Indicadores macroeconômicos do 1º mandato de FHC

	1995	1996	1997	1998
Taxa de juros nominal - Over / Selic - (% a.a.)	53,08	27,41	24,77	28,79
PIB - Taxa de variação real no ano	4,22	2,21	3,39	0,34
População desocupada – Pessoa	4.668.839	5.283.789	6.057.895	7.144.591
PIB - formação bruta de capital – Variação real anual	8,09	6,30	10,02	-0,95
Reservas internacionais – US\$ (milhões)	51.840,00	60.110,00	52.173,00	44.556,00
Dívida externa líquida/PIB - %	12,00	12,00	15,00	21,60
Serviço da dívida externa/PIB - %	2,70	3,10	4,40	5,30
Índice da taxa de câmbio efetiva nominal – Jun/1994=100 - Média anual	95,52	100,84	102,03	107,91
Exportação de bens - US\$ (milhões)	46.416,10	47.711,10	52.787,30	51.045,30
Importação de bens - US\$ (milhões)	50.987,10	54.347,30	60.538,00	58.672,90

Fontes: Elaboração própria. Banco Central do Brasil, Boletim, Seção mercado financeiro e de capitais (Bacen/Boletim/M. Finan.); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema de Contas Nacionais (IBGE/SCN Anual); Banco Central do Brasil, Balanço de Pagamentos (BPM6), 2022.

Mesmo com a diminuição da pressão inflacionária ao longo da implementação do Plano Real, o desempenho da economia brasileira ao longo do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso não apresentou resultados positivos. Em 1998, o Produto Interno Bruto chegou a crescer apenas 0,34% a.a., os investimentos representados pela Formação Bruta de Capital Fixo, tiveram um crescimento de -0,95% a.a. e as taxas de desemprego se elevaram.

A taxa Selic se manteve em patamares elevados, chegando a atingir 24,87% a.a. ao final do período analisado. Com a adoção do sistema de metas de inflação em 1999 a taxa de juros tornou-se o principal instrumento utilizado para a manutenção da estabilidade monetária. Segundo Rego e Marques (2018) o regime de metas de inflação apoia-se na Regra de Taylor, uma regra empírica para determinar a taxa básica de juros que busca controlar a taxa de inflação com base na taxa de inflação corrente, na taxa de juro real de equilíbrio, no fator de ajustamento entre a taxa de inflação e a meta de inflação e no fator de ajustamento entre o PIB real e o PIB potencial.

Entretanto, a manutenção das altas taxas de juros ao longo dos governos FHC, e posteriormente também nos governos Lula, não representam simplesmente um instrumento

usual da política monetária, mas constituem o elemento fundamental que estrutura e expressa as relações de classe e de poder representadas no bloco no poder vigente. “O domínio da lógica financeira na dinâmica das relações econômico-sociais é o elemento que dá coesão a esse bloco dominante, soldando os interesses dos seus distintos participantes e apoiadores” (Filgueiras, 2007, p.180).

O cenário externo desfavorável e as crises externas (no México em 1994, na Ásia em 1997 e na Rússia em 1998) tiveram um importante impacto nesta conjuntura, dado o papel da âncora cambial no plano de estabilização. As elevadas taxas de juros juntamente com uma taxa de câmbio valorizada, provocaram durante o governo de FHC um aumento no volume de importações e consequentes déficits na balança comercial e em transações correntes. Observa-se um crescente aumento da vulnerabilidade externa do país: as reservas internacionais diminuíram, a dívida externa aumentou, atingindo 21,6% do PIB em 1998, assim como a porcentagem da dívida destinada para pagamento de juros.

Os indicadores analisados anteriormente demonstram que políticas monetária e fiscal restritivas privilegiam a fração de classe formada pelo capital financeiro internacional, que se beneficiam com as elevadas taxas de juros e com o aumento da dívida, em detrimento do crescimento econômico e do mercado interno. Entretanto, há um consenso entre os autores citados (Sallum, 1999; Boito Jr., 2007; e Diniz, 2010; Maciel, 2011), que tanto no governo Collor como Fernando Henrique Cardoso não havia uma unidade entre as frações do bloco no poder acerca das políticas e reformas neoliberais. Segundo Boito Jr. (2007) existe um consenso quando se trata do desmonte dos direitos sociais e trabalhistas, da “mercadorização” de direitos e de serviços como saúde, educação e previdência. Se por um lado a burguesia industrial sofre com a concorrência estrangeira causada pela abertura comercial, por outro ela se beneficia com a diminuição dos custos em razão da desregulamentação do mercado de trabalho.

De acordo com Diniz (2010) no final dos anos 1990 ocorreu uma mudança na composição do bloco no poder: o empresariado nacional não é mais a fração dominante como era na vigência do modelo desenvolvimentista. Com a predominância do neoliberalismo e suas políticas pró-mercado, esta posição passa a ser ocupada pelo capital financeiro e pela lógica concentradora das grandes corporações transnacionais. A autora ressalta ainda que como consequência das reformas liberais do governo de FHC ocorreu um aumento da concentração industrial devido ao processo de globalização e um processo de desnacionalização das elites empresariais devido a internacionalização das empresas líderes da nova ordem econômica. Consequentemente não houve uma reação uniforme do empresariado brasileiro no período:

Teve um caráter cíclico, alternando fases de apoio e de questionamento, manifestando-se com maior ou menor intensidade em função de cada conjuntura. Foram frequentes os protestos individuais ou setoriais por parte dos segmentos mais duramente atingidos. No Congresso, ou junto às autoridades governamentais de primeiro e segundo escalão, multiplicaram-se as manifestações de desagrado (Diniz, 2010, p.107).

Mesmo que não possa ser caracterizada como uma crise de hegemonia, no segundo mandato de FHC houveram abalos na hegemonia no interior do bloco no poder. A fração de capital industrial formada de empresários descontentes protestou contra as rígidas políticas neoliberais ortodoxas e as perdas causadas pela crise cambial que diminuiu as possibilidades de distribuição dos ganhos financeiros no interior das diferentes frações do capital. (Ribeiro, 2020). Assim como Ribeiro (2020), Boito Jr. (2006) também retrata as demonstrações de descontentamento dos industriais durante o governo de Fernando Henrique:

Ao longo da década de 1990, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) desenvolveu várias campanhas de protesto contra a política de juros e a abertura comercial “exagerada” dos governos neoliberais. O ano de 1996 foi particularmente marcado por ações dos industriais contra os juros altos e os *exageros* da abertura comercial. No mês de maio daquele ano, a FIESP e a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) organizaram uma grande manifestação nacional dos industriais em Brasília e a diretoria da FIESP aprovou por unanimidade o apoio da entidade à greve geral de protesto contra o desemprego que estava sendo organizada pela CUT e pela Força Sindical para o mês de junho (Boito Jr., 2006, p. 275).

Os empresários do setor industrial protestavam contra políticas neoliberais específicas, que iam contra os seus interesses, como as políticas de juros altos e de abertura comercial. Porém, ao mesmo tempo demandavam a continuidade da política de privatização, de desregulamentação do mercado de trabalho e de redução dos direitos sociais. “Durante os dois mandatos de FHC, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a cada novo aperto nos juros e na concorrência externa, solicitava, como uma espécie de compensação, novas privatizações e novos cortes nos direitos sociais e trabalhistas” (Boito Jr., 2006, p. 275).

Assim como nos quatro anos anteriores, a política econômica do segundo mandato de Fernando manteve como principal objetivo a estabilidade macroeconômica. Com o fim do Plano Real, este objetivo passou a ser perseguido através do regime de metas de inflação, em que, novamente, a manipulação da taxa de juros é o principal instrumento utilizado. Sem significativas mudanças nas políticas econômicas, observa-se que o desempenho da economia brasileiro no segundo mandato de FHC pouco varia em relação ao seu primeiro mandato, conforme a tabela 3.

Entre 1999 e 2002, a economia cresceu em uma trajetória *stop and go*, ou seja, as taxas de crescimento do PIB apresentaram um comportamento inconsistente de altos e baixos; a taxa Selic continua em patamares elevados, o investimento e o desemprego têm indicadores ainda piores do que no período anterior. Em relação ao desempenho dos indicadores de vulnerabilidade externa comparados aos quatros anos anteriores, observa-se que entre 1999 e 2002 houveram sucessivas crises no balanço de pagamento. Houve uma contínua diminuição das reservas internacionais, um aumento da dívida externa, que atingiu 32,7% do PIB em 2002, assim como a porcentagem da dívida destinada para pagamento de juros.

Tabela 3 – Indicadores macroeconômicos do 2º mandato de FHC

	1999	2000	2001	2002
Taxa de juros nominal - Over / Selic - (% a.a.)	25,59	17,45	17,32	19,16
Produto Interno Bruto – Taxa de variação real no ano	0,47	4,39	1,39	3,05
População desocupada – Pessoa	8.062.109	-	8.174.778	8.280.247
PIB - formação bruta de capital – variação real anual	-10,65	10,42	-0,66	-6,77
Reservas internacionais - Total – US\$ (milhões)	36.342,00	33.011,00	35.866,00	37.823,00
Dívida externa líquida/PIB - %	32,40	29,50	29,40	32,70
Serviço da dívida externa/PIB - %	10,40	7,60	8,90	9,90
Índice da taxa de câmbio efetiva nominal – Jun/1994=100 – Média anual	167,78	161,26	201,78	220,75
Exportação de bens - US\$ (milhões)	48.197,30	55.187,60	58.105,70	60.278,60
Importação de bens - US\$ (milhões)	50.259,50	56.976,40	56.569,00	48.274,80

Fontes: Elaboração própria. Banco Central do Brasil, Boletim, Seção mercado financeiro e de capitais (Bacen/Boletim/M. Finan.); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema de Contas Nacionais (IBGE/SCN Anual); Banco Central do Brasil, Balanço de Pagamentos (BPM6), 2022.

Para Boito Jr. (2006) apesar dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso priorizarem o interesse da grande burguesia compradora e do capital financeiro internacional, no primeiro mandato FHC adotou uma postura ofensiva em relação a implementação das políticas neoliberais, já no segundo mandato o que se observou foi uma postura defensiva em relação às mesmas. A crise cambial de 1999 e o aumento da insatisfação em setores do movimento popular e da burguesia industrial fez com que no segundo mandato, Fernando Henrique Cardoso reduzisse o avanço das reformas neoliberais. Além do fim da âncora cambial e da desvalorização do real que estimulou o aumento das exportações, em seu segundo mandato houve a redução das privatizações das estatais. Entre 1995 e 1998 foram desestatizadas 35 empresas, enquanto que no período de 1999-2002 este número caiu para 6.

A política econômica do primeiro mandato de FHC, com abertura comercial e financeira combinada com uma taxa de câmbio estabilizada numa relação quase paritária com o dólar era interessante para o capital financeiro, mas já tinha revelado debilidades na crise de 1995 e, principalmente, na grande crise cambial brasileira do final de 1998 e início de 1999. Associada à pressão

política da grande burguesia interna, essa crise levou o governo FHC a iniciar uma correção de rota. Somente depois que trinta ou quarenta bilhões de dólares tinham batido asas para se pôr a salvo no exterior, Fernando Henrique Cardoso afastou Gustavo Franco da Presidência do Banco Central e permitiu a desvalorização do real. Essa nova política representou o primeiro grande estímulo às empresas exportadoras. Longe de ser incompatível com a hegemonia do capital financeiro, ela é uma exigência da reprodução do poder das finanças imperialistas e nacionais. A economia brasileira iniciou uma verdadeira caça aos dólares, condição para poder remunerar o capital financeiro nacional e internacional. Mantido o modelo econômico neoliberal, esses dólares, tendo em vista a redução da entrada de capital estrangeiro no Brasil na década de 2000 e o alto endividamento do país, só podem ser obtidos com o crescimento das exportações (Boito Jr., 2006, p. 276).

A análise da trajetória das políticas econômicas implementadas durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso leva a conclusão de que durante o período, houve a consolidação do modelo liberal periférico e das políticas de orientação neoliberal introduzidas no governo Collor. Além disso, conclui-se que no período analisado, o Estado através de suas instituições, especialmente o Banco Central (responsável pela definição da taxa de juros) atuou de forma direta em benefício da fração de classe formada pelo capital financeiro internacional. O que fez com que esta fração estabelecesse sua posição dominante perante as demais frações componentes do bloco no poder.

3.3 Governo Lula, neodesenvolvimentismo e a ascensão da burguesia interna no bloco no poder

Para Sallum (2016) o segundo mandato de FHC se encerra com um contexto de crise cambial, de aprofundamento da liberalização, radicalização das privatizações, aceleração da desregulamentação e intensificação da transnacionalização da economia nacional. Isto juntamente com a precarização de direitos sociais e trabalhistas e aumento do desemprego fizeram com que a continuidade das políticas neoliberais ortodoxas se torna-se politicamente impraticável.

Não é casual que, a partir desse momento, o cenário sociopolítico comece a se mover, agora com sinal cruzado, isto é, em direção a uma nova coalizão que pudesse empunhar de novo as bandeiras do desenvolvimento e da defesa dos interesses nacionais, movimento que iria desembocar na candidatura de Lula em 2002. Esta coalizão incluiu os segmentos mais organizados dos trabalhadores (suas bases mais tradicionais), setores progressistas de classe média e, de forma inédita, parcelas de grupos empresariais, especialmente de setores produtivos mais duramente castigados pelas políticas de desregulamentação e pela abertura à concorrência internacional (Sallum, 2016, p.126).

Segundo Ribeiro (2020) no contexto explicitado anteriormente, a burguesia industrial, insatisfeita com o insucesso das políticas neoliberais, se reconfigurou de forma a obter novamente o consenso do bloco no poder. Para isso, acaba apoiando a candidatura de Lula que serviu como uma espécie de muro de contenção da hegemonia estabelecida com o Plano Real.

De acordo com Boito Jr. (2012) Lula chegou ao poder através de uma frente unificada em torno do neodesenvolvimentismo. Esta frente foi formada pela burguesia interna e pelo movimento sindical e popular. Ainda segundo o autor, esta frente não surgiu da iniciativa da burguesia interna e não é algo consistente, visto que o movimento operário e popular não é a força hegemônica da frente (aquela que define os objetivos da luta) e sim a sua força principal, (aquela de quem mais depende o sucesso da luta).

Filgueiras (2007) afirma que o governo Lula foi o responsável por proporcionar uma maior coesão política ao bloco de poder formado a partir da crise do modelo de substituição de importações na década de 1980 e da implementação das reformas liberais no governo Collor na década de 1990. Segundo o autor, o governo Lula reduziu significativamente seus opositores e enfraqueceu a capacidade de mobilização dos movimentos sociais e sindical.

Tabela 4 – Indicadores macroeconômicos do 1º mandato de Lula

	2003	2004	2005	2006
Taxa de juros nominal - Over / Selic - (% a.a.)	23,33	16,24	19,04	15,08
Produto Interno Bruto - Taxa de variação real no ano	1,14	5,76	3,20	3,96
População desocupada – Pessoa	8.950.356	8.524.169	9.202.785	8.411.572
PIB - formação bruta de capital - variação real anual	-2,69	10,32	-2,50	8,47
Índice da taxa de câmbio efetiva nominal - Jun/1994=100 - Média anual	246,59	244,34	205,39	184,09
Dívida externa líquida/PIB - %	27,30	20,40	11,50	6,90
Serviço da dívida externa/PIB - %	9,60	7,80	7,50	5,20
Reservas internacionais - Total - US\$ (milhões)	49.296,00	52.935,00	53.799,00	85.839,00
Exportação de bens - US\$ (milhões)	72.883,50	96.097,60	118.413,80	137.708,80
Importação de bens - US\$ (milhões)	49.307,20	63.813,60	74.692,20	92.531,10

Fontes: Elaboração própria. Banco Central do Brasil, Boletim, Seção mercado financeiro e de capitais (Bacen/Boletim/M. Finan.); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema de Contas Nacionais (IBGE/SCN Anual); Banco Central do Brasil, Balanço de Pagamentos (BPM6), 2022.

Após a vitória para a presidência, Lula manteve o acordo e as orientações de políticas macroeconômicas do Fundo Monetário Internacional (FMI) adotadas por seu antecessor conforme havia dito na Carta ao Povo Brasileiro (2002). O primeiro mandato do então presidente se assemelha com a trajetória adotada anteriormente por Fernando Henrique, altas

taxas de juros, austeridade fiscal e atendendo plenamente aos interesses da fração do capital financeiro.

Conforme a tabela 4, ao final do primeiro governo Lula, a economia brasileira crescia a uma taxa de 3,96% a.a. e a taxa da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) foi de 8,47% a.a. apesar de sofrer oscilações no período. Desde do final do mandato de FHC observa-se uma melhora no saldo da balança comercial devido ao aumento das exportações que começa a apresentar superávits a partir de 2001, situação que continua durante os anos do governo Lula devido a melhora das condições internacionais. Consequentemente, observa-se um aumento das reservas internacionais e uma diminuição da dívida externa que chegou a 6,9% do PIB em 2006, porém a parte da dívida destinada para pagamento de juros continua em patamar similar aos anos anteriores.

Para Teixeira e Pinto (2012) a manutenção do regime de política macroeconômica baseado no tripé macroeconômico e das altas taxas de juros durante o governo Lula são uma evidência dos interesses hegemônicos da fração bancário-financeira nacional e internacional no bloco no poder. Diante disso, os autores defendem que o debate a respeito do nível da taxa de juros não pode ser resumido apenas ao campo do pensamento econômico e de suas soluções técnicas:

Em outras palavras, o manejo do regime de política macroeconômica condensa ao mesmo tempo: i) a dimensão das soluções técnicas prescritivas de doutrinas do pensamento econômico; ii) o poder político da fração bancário-financeira que se materializa por sua representação no “centro de poder” do sistema estatal brasileiro: o Banco Central; iii) o poder econômico dessa fração bancário-financeira que pode ser observado pelas elevadas taxas de lucros dos grupos econômicos dos segmentos bancário-financeiro; iv) o poder ideológico da citada fração que conseguiu incorporar de forma incontestável ao conjunto da sociedade a ideia de que o combate à inflação deve ser realizada a qualquer custo e, mais importante, com um único instrumento: a taxa de juros elevada (Teixeira e Pinto, 2012, p. 927).

Já no segundo mandato, de acordo com Morais e Saad-Filho (2011) e Boito Jr. (2012), Lula adotou o neodesenvolvimentismo, um modelo híbrido que usava de políticas neoliberais e desenvolvimentistas. Para Boito Jr. (2012) o neodesenvolvimentismo se resume ao desenvolvimentismo inserido em modelo capitalista neoliberal periférico. O autor salienta como principais características modestos índices de crescimento econômico, visto que está limitado pelo processo de acumulação financeira; a especialização regressiva, em que a produção industrial se concentra nos setores de processamento de produtos agrícolas, pecuários,

de recursos naturais e de baixa densidade tecnológica, em sua maioria voltado para o mercado externo.

De acordo com Bresser-Pereira (2012) para um Estado ser caracterizado como novo-desenvolvimentista ele deve ter suas políticas econômicas baseadas nas ideias estruturalistas e keynesianas, deve ter como prioridades o desenvolvimento econômico, uma taxa de câmbio competitiva, a responsabilidade fiscal e o aumento da carga tributária para financiar os gastos sociais, além de promover a formação de um pacto político ou coalizão de classes associando empresários, a burocracia pública e a classe trabalhadora. Com base nisso, o autor afirma que o governo Lula se mostrou novo-desenvolvimentista nas políticas industrial e social, mas não nas políticas macroeconômicas:

No Brasil, o presidente Lula tentou construir um acordo social para o desenvolvimento, envolvendo trabalhadores, empresários, lideranças sociais e a burocracia estatal. A criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) foi a iniciativa formal nesse sentido. A adoção de uma política industrial mais ativa, o fortalecimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a retomada das políticas de apoio às empresas nacionais foram claramente políticas desenvolvimentistas. O mesmo pode ser dito da decisão de criar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O governo Lula, no entanto, foi incapaz de enfrentar o problema das altas taxas de juros e da taxa de câmbio sobreapreciada (Bresser-Pereira, 2012, p. 825).

Na segunda fase do governo Lula, de acordo com Boito Jr (2007) houve uma alteração na composição do bloco no poder com a ascensão da burguesia interna. Segundo Poulantzas em *Classes sociais no capitalismo de hoje* (1975) a burguesia interna ou interior se caracteriza por sua dependência aos processos de divisão internacional do trabalho e de concentração internacional do capital sob a dominação do capital americano.

Apesar da fração financeira internacional ainda ocupar posição hegemônica, a burguesia interna teve a possibilidade de melhorar a sua posição no interior do bloco no poder. Segundo Boito Jr. (2007) a ascensão política da grande burguesia interna industrial e do agronegócio tem como causas: a pressão da grande burguesia industrial ao longo da década de 1990; a pressão convergente dos sindicatos, a própria vitória da candidatura de Lula na eleição presidencial de 2002; a ameaça de estrangulamento externo que se evidenciou na crise cambial de 1999; o crescimento do comércio internacional de matérias-primas e de recursos naturais; a melhora nas cotações desses produtos, o declínio do fluxo de dólares dirigido aos países dependentes pelos fundos de aplicação dos países dominantes e a grande desvalorização cambial provocada, involuntariamente, pelo temor do capital internacional diante da vitória de Lula em 2002.

Tabela 5 – Indicadores macroeconômicos do 2º mandato de Lula

	2007	2008	2009	2010
Taxa de juros nominal - Over / Selic - (% a.a.)	11,85	12,48	9,92	9,78
Produto Interno Bruto - Taxa de variação real no ano	6,07	5,09	-0,13	7,53
População desocupada – Pessoa	8.245.224	7.316.399	8.699.574	-
PIB - formação bruta de capital - variação real anual	15,92	14,22	-14,50	28,79
Índice da taxa de câmbio efetiva nominal - Jun/1994=100 - Média anual	170,00	163,91	168,70	148,26
Dívida externa líquida/PIB - %	-0,90	-1,70	-3,80	-2,40
Serviço da dívida externa/PIB - %	3,80	2,30	2,70	2,20
Reservas internacionais – Total - US\$ (milhões)	180.334,00	193.783,00	238.520,00	288.575,00
Exportação de bens - US\$ (milhões)	160.540,20	198.214,00	153.525,30	201.197,10
Importação de bens - US\$ (milhões)	122.041,90	174.707,10	128.734,90	182.839,10

Fontes: Elaboração própria. Banco Central do Brasil, Boletim, Seção mercado financeiro e de capitais (Bacen/Boletim/M. Finan.); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema de Contas Nacionais (IBGE/SCN Anual); Banco Central do Brasil, Balanço de Pagamentos (BPM6), 2022.

A partir de 2001 as exportações brasileiras aumentaram de forma significativa devido ao contexto de expansão da economia mundial, à desvalorização cambial de 2002, ao crescimento das economias americana e chinesa, à recuperação da Argentina e à elevação dos preços das commodities. O que proporcionou superávits da balança comercial, diminuição da dívida externa e aumento das reservas internacionais, conforme tabela 5.

Com um contexto externo favorável Lula inicia políticas econômicas consideradas de viés desenvolvimentistas como a ampliação do crédito ao consumidor, o aumento real do salário mínimo, expansão de programas de transferência de renda direta, criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e ampliação da atuação do BNDES para estimular o investimento público e privado (Teixeira e Pinto, 2012).

Apesar de continuar com as políticas monetárias restritivas que seguem o receituário neoliberal, no governo Lula houve uma forte participação do Estado como ator no processo de desenvolvimento econômico. Um dos exemplos mais conhecidos está presente na mudança que ocorreu nos investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) durante os anos de Lula. Em que o Estado através desta instituição favoreceu os interesses da burguesia interna, uma das frações de classe burguesa integrantes do bloco no poder no dado período.

Enquanto no governo de FHC o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) teve destaque na política de privatizações, no governo Lula o banco foi

fundamental na política externa ao auxiliar a expansão internacional do grande capital nacional e priorizar os interesses da grande burguesia interna brasileira. Durante o governo Lula aumentou-se os investimentos destinados à criação e ao fortalecimento dos grandes grupos econômicos nacionais, em que o banco atuava através de participação acionária e programas especiais de crédito. O total de recursos liberados pelo sistema BNDES (BNDES, BNDESPar e Finame) teve um aumento de R\$7 bilhões em 1995 para R\$ 168 bilhões em 2010 (Bugiato, 2018).

A tabela abaixo apresenta as empresas que receberam o maior volume de recursos do BNDES em 2008. Observa-se que as empresas mais beneficiadas fazem parte do setor de alimentos, especificamente de processamento de carne bovina (Bertin S.A.; JBS S.A; Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos Ltda). De acordo com dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2022), o item Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, de aves foi o quinto produto mais exportado pelo país em 2010, totalizando um valor de US\$ 5.946.207.731,00.

Tabela 6 - Os dez maiores empréstimos diretos do BNDES para a indústria em 2008 (Em R\$)

Ranking	Empresa	Descrição do Projeto	Valor
1	Bertin S.A.	Consolidação do plano de internacionalização da Bertin por meio da aquisição de novas empresas, bem como da modernização e ampliação de plantas já existentes e implantação de novas unidades industriais.	R\$ 2.499.929.732,00
2	JBS S.A.	Investimentos no âmbito da estratégia de internacionalização da empresa.	R\$ 1.109.267.813,00
3	Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos Ltda.	Apoio ao programa de investimentos da empresa mediante subscrição privada de ações pela BNDESPar.	R\$ 700.000.000,00
4	Independência Participações S.A.	Apoio ao programa de crescimento das atividades da empresa por intermédio da subscrição privada de ações.	R\$ 449.999.979,00
5	Rio Claro Agroindustrial S.A.	Implantação de três unidades industriais de processamento de cana-de-açúcar para a produção de álcool e açúcar; cogeração de energia elétrica e formação de lavoura; investimentos ambientais e do Sul (MS), Cacu (GO) e Mirante do Paranapanema (SP)	R\$ 419.513.867,00
6	Fiat Automóveis	Aumento da capacidade produtiva das linhas de produção de veículos, motores e transmissões; reestruturação das áreas industriais, administrativas e de engenharia na unidade de Betim (MG), bem como apoio a projetos sociais da empresa no âmbito da comunidade.	R\$ 410.884.744,00
7	Totvs S.A.	Investimentos em fusões e aquisições, pesquisa e desenvolvimento, treinamento e qualidade, marketing e comercialização, infraestrutura, e em estudos e projetos no âmbito do programa para o desenvolvimento da indústria nacional de software e serviços de tecnologia da informação (Prosoft – Empresa).	R\$ 404.500.000,00
8	Agroenergia Santa Luzia Ltda.	Implantação de três unidades industriais de processamento de cana-de-açúcar para a produção de álcool e açúcar; cogeração de energia elétrica e formação de lavoura; investimentos ambientais e sociais no âmbito das comunidades localizadas em Nova Alvorada do Sul (MS), Cacu (GO) e Mirante do Paranapanema (SP)	R\$ 377.728.867,00
9	Perdigão Agroindustrial	Concessão de limite de crédito para financiar o plano de investimento no período de 2006 a 2009	R\$ 342.694.800,00
10	Usina São Fernando Açúcar e Álcool Ltda.	Implantação de usina para produção de açúcar, álcool e energia elétrica no município de Dourados (MS).	R\$ 338.079.767,00

Fonte: Almeida, 2009.

Porém, Moraes e Saad-Filho (2011) defendem que as mudanças ocorridas no segundo mandato de Lula tratam-se de uma inflexão na política econômica brasileira e não em uma nova política, pois tais mudanças se deram de forma complementar ou mesmo aditiva às políticas macroeconômicas neoliberais, que em nenhum momento sofreram alterações significativas. O que ocorreu na prática foi uma política “híbrida”, que associava as políticas macroeconômicas visando à estabilidade monetária com políticas que tinham como objetivo a aceleração do desenvolvimento e a equidade social.

Mesmo com essas mudanças nas políticas econômicas que incentivam o setor exportador, Boito Jr (2007) também afirma que durante o governo Lula o grande capital financeiro nacional e internacional permaneceu hegemônico no interior do bloco no poder devido ao fato de que esse governo estimulou preferencialmente a produção voltada para a exportação, ou seja, uma atividade produtiva que atende diretamente ou indiretamente os interesses fundamentais do grande capital financeiro: a obtenção de recursos para o pagamento dos juros da dívida.

Filgueiras (2007) concorda com Boito Jr (2007) que no segundo governo Cardoso e durante o governo Lula, o bloco dominante sofreu nova acomodação com os segmentos exportadores do grande capital ganhando mais espaço devido a estratégia de aumentar as exportações como forma de equilibrar as contas externas e conseqüentemente manter os rendimentos do capital financeiro. Ainda de acordo com Filgueiras (2007) durante o período em que Lula esteve na presidência, o bloco dominante tinha como a fração hegemônica:

- O capital financeiro internacional (os fundos de pensão, os fundos mútuos de investimentos e os grandes bancos dos países desenvolvidos); e
- Os grandes grupos econômico-financeiros nacionais (grupos econômicos que atuam não apenas diretamente na esfera financeira como também em outras atividades econômicas: agricultura, indústria, comércio e serviços).

A política econômica desenvolvida durante o governo Lula teve como objetivo impulsionar o crescimento econômico através do aumento das exportações de commodities, aproveitando-se do aumento da demanda mundial por tais produtos. Esta política teve como principais resultados a obtenção de altas taxas de crescimento, o aumento da dependência externa e o enfraquecimento do setor industrial. Além disso, por meio das políticas de incentivos aos setores exportadores, entende-se que o Estado atuou atendendo aos interesses da fração de classe formada pela burguesia interna.

Apesar desta significativa alteração na estrutura do bloco, através da análise desenvolvida neste capítulo conclui-se que a política macroeconômica dominante em ambos os governos, Fernando Henrique Cardoso e Lula, teve como foco a estabilidade monetária. Em que a estratégia selecionada para atingir tal objetivo foi a manutenção de altas taxas de juros, mesmo com a indicação dos efeitos negativos sobre os investimentos e sobre o crescimento sustentável da economia. Dado que a fração de classe que obtém mais ganhos com essa política de juros é o capital financeiro internacional, entende-se que esta foi, durante os mandatos dos dois presidentes a fração dominante no bloco no poder, ou seja, aquela que possui maior influência dentro dos centros de poder do Estado.

4 BLOCO NO PODER E A POLÍTICA DE PRIVATIZAÇÃO NOS GOVERNOS FHC (1995-2002) E LULA (2003-2010)

Este capítulo tem como objetivo identificar as frações de classe burguesa componentes do bloco no poder que adquiriram as estatais privatizadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) tendo como foco a análise do Programa Nacional de Desestatizações (PND). Serão apresentados os dados referentes às empresas compradoras das estatais privatizadas em âmbito federal dos setores de energia elétrica, financeiro e petroquímico durante os anos de 1995 a 2010 coletados a partir dos relatórios do programa elaborados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

4.1 Contextualização do Programa Nacional de Desestatizações (PND)

Mesmo com suas contradições e problemáticas, o neoliberalismo chega a América Latina no final da década de 1980. Segundo Anderson (1995) as hiperinflações que tomaram conta desses países na década de 1980 foram as principais responsáveis pela aceitação das políticas neoliberais que dominam as políticas econômicas e sociais desde então. De acordo com Batista (1994) desde o início do governo do presidente norte-americano Ronald Reagan a mensagem e o receituário neoliberal foram amplamente disseminados nos países latino-americanos através de agências internacionais como sinônimo de modernidade e assim foram facilmente absorvidos e adotados pelas elites políticas, empresariais e intelectuais brasileiras.

No final da década de 1970 começaram a surgir as primeiras discussões sobre a privatização de algumas estatais como forma de contribuir para a estabilização da economia. Embora não tenham ocorrido grandes avanços, foram criadas instituições que futuramente teriam um importante papel, como Programa Nacional de Desburocratização e a Secretaria Especial de Controle das Estatais (Sest). Ao contrário do que ocorreria alguns anos depois, nesse período, as privatizações deveriam ter o objetivo de auxiliar no controle da inflação através do controle dos seus gastos visto que elas eram responsáveis por grande parte do total dos investimentos e do consumo da economia (Pinheiro, 2000).

Em 1981 a privatização começou a ganhar espaço na agenda político-econômica com a criação da Comissão Especial de Desestatização, que tinha como objetivos fortalecer o setor privado, limitar a criação de novas estatais e fechar ou transferir para o setor privado aquelas cujo controle pelo setor público não era mais necessário ou justificável. Entretanto, as privatizações realizadas na fase de “reprivatizações” (da criação da Comissão Especial de Desestatização em 1981 até o fim do governo Sarney em março de 1990) não foram tão expressivas quanto aquelas presenciadas na década de 1990. Essa fase foi caracterizada pela negociação de empresas de pequeno porte de diversos setores em sua maioria que haviam sido estatizadas anteriormente quando estavam em processo de falência, o objetivo principal era evitar a ampliação da presença do Estado na atividade produtiva e gerar receitas (Cysne, 1999).

Deve-se levar em consideração como fatores que impulsionaram a expansão das privatizações brasileiras, a ascensão do neoliberalismo no mundo ocidental e seus impactos nos cenários políticos nacionais e internacionais e as pressões inflacionárias que se agravaram fortemente na década anterior. Além dos fatores citados, Pinheiro (2000) afirma que durante a década de 1980 a piora no desempenho das estatais está ligada ao fato de que estas acabaram sofrendo com a crise da dívida externa e a deficiência burocrática. Por sua capacidade de mobilizar grandes volumes de recursos, tais empresas eram constantemente usadas como instrumentos de política macroeconômica, contraindo altos empréstimos para financiar os persistentes déficits da conta de transações correntes do balanço de pagamentos.

Segundo Filgueiras (2017) o padrão de desenvolvimento capitalista liberal-periférico surgiu no início dos anos 1990, com o Governo Collor, a partir da crise do padrão de desenvolvimento de substituição de importações, crise essa que se desenvolveu com o aumento da dívida externa que atingiu a economia brasileira na década de 1980. Diferentemente do padrão de desenvolvimento de substituição de importações, em que o bloco no poder era formado pelo grande capital industrial (nacional e estatal) e pelas oligarquias agrárias, sob a hegemonia da burguesia industrial, no padrão de desenvolvimento capitalista liberal-periférico o bloco no poder tem como fração hegemônica o capital financeiro. Ainda segundo Filgueiras (2017) esse padrão foi posteriormente consolidado durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

Em suma, o padrão é liberal porque foi constituído a partir da abertura comercial e financeira, das privatizações e da desregulação da economia, com a clara hegemonia do capital financeiro ante as demais frações do capital. É periférico porque o neoliberalismo assume características específicas nos países capitalistas dependentes, que o tornam mais regressivo ainda quando

comparado a sua agenda e à forma como é operacionalizado nos países capitalistas centrais (Filgueiras, 2017, p. 157).

Entre estas políticas neoliberais executadas no Brasil durante os anos 1990 e 2000, está a política de privatização das empresas estatais e concessão de serviços públicos à iniciativa privada, que tem como um de seus principais marcos a criação do Programa Nacional de Desestatização (PND) em 1990 pela lei nº. 8.031/1990.

De acordo com o artigo 1º da Lei nº. 8.031/1990 o Programa Nacional de Desestatização (PND) tinha como objetivos a reordenação da posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público; contribuir para a redução da dívida pública, concorrendo para o saneamento das finanças do setor público; permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada; contribuir para modernização do parque industrial do País, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia; permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais; e contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integrem o Programa.

Segundo BNDES (1991) o programa foi criado com a justificativa de que a intervenção estatal no setor produtivo se tornou desaconselhável porque não havia razão para que existissem empresas sem nenhuma conexão específica com atividades essenciais do governo visto que os setores produtivos em que as estatais atuavam já haviam alcançado maturidade e não eram mais considerados setores estratégicos para o desenvolvimento econômico do país. Outro fator foi a situação crítica das contas públicas no momento da criação do programa que impedia a continuação dos investimentos necessários à manutenção da competitividade das estatais. Por fim, os recursos que iriam ser gastos em investimentos em tais empresas deveriam ser realocados para áreas de responsabilidade direta do governo como educação, saúde, bem-estar social e qualidade de vida.

Estas justificativas estão em conformidade com os ideais do neoliberalismo, exemplificados no chamado Consenso de Washington: Disciplina fiscal; Prioridade dos gastos públicos com educação e saúde; Reforma fiscal; Taxas de câmbio competitivas; Garantia dos

direitos de propriedade; Desregulamentação; Liberalização comercial; Privatização; Eliminação das barreiras ao investimento estrangeiro; e Liberalização financeira.

A Lei nº 9.491 de 9 de setembro de 1997 que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização e revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, considera como desestatização a alienação, pela União, de direitos que lhe assegurem, diretamente ou através de outras controladas, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade; a transferência, para a iniciativa privada, da execução de serviços públicos explorados pela União, diretamente ou através de entidades controladas, bem como daqueles de sua responsabilidade; e a transferência ou outorga de direitos sobre bens móveis e imóveis da União. Ainda segundo a legislação citada podem ser incluídas no Programa Nacional de Desestatização:

- Empresas, inclusive instituições financeiras, controladas direta ou indiretamente pela União, instituídas por lei ou ato do Poder Executivo;
- Empresas criadas pelo setor privado e que, por qualquer motivo, passaram ao controle direto ou indireto da União;
- Serviços públicos objeto de concessão, permissão ou autorização;
- Instituições financeiras públicas estaduais que tenham tido as ações de seu capital social desapropriadas;
- Bens móveis e imóveis da União.

A privatização ou transferência do patrimônio público para o setor privado poderia ocorrer através da alienação de participação societária, inclusive de controle acionário, preferencialmente mediante a pulverização de ações; da abertura de capital; do aumento de capital, com renúncia ou cessão, total ou parcial, de direitos de subscrição; da alienação, arrendamento, locação, comodato ou cessão de bens e instalações; da dissolução de sociedades ou desativação parcial de seus empreendimentos, com a consequente alienação de seus ativos; da concessão, permissão ou autorização de serviços públicos; e do aforamento, remição de foro, permuta, cessão, concessão de direito real de uso resolúvel e alienação mediante venda de bens imóveis de domínio da União.

Rodrigues e Jurgenfeld (2019) relacionam este processo de privatização desenvolvido ao longo dos anos 1990 ao fenômeno da financeirização por qual passa a economia dos países periféricos no mesmo período. Nesse processo de financeirização, a compra de empresas estatais de setores-chave da economia ofertadas a preços baixos e o investimento especulativo

em ativos financeiros estão entre as novas estratégias de acumulação adotadas pelas empresas multinacionais.

Ainda segundo os autores a privatização das empresas estatais na periferia estão inseridas no que David Harvey denominou em seu livro *O novo imperialismo* (2003) como acumulação por espoliação: em um processo liderado pelo imperialismo norte-americano, as privatizações funcionam como um mecanismo para que o capital sobreacumulado possa apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo.

As privatizações impulsionaram a desnacionalização da economia, com parte das ações das empresas estatais sendo comprada por estrangeiros, e induziram a uma financeirização exacerbada, uma vez que bancos de investimentos e outras instituições financeiras, como fundos de pensão, foram protagonistas entre os adquirentes nos leilões. Em vários casos, poucos anos após comprar ações dessas empresas, as instituições financeiras as revenderam, confirmando seus objetivos puramente especulativos com a rápida saída do negócio, após aferição de retornos significativos (Rodrigues e Jurgenfeld, 2019, p.395).

Segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (2022) no período 1990-2015 o Programa Nacional de Desestatização (PND) obteve uma receita equivalente a US\$ 54,5 bilhões com a venda de empresas e com a alienação de participações minoritárias. Esse valor, acrescido do valor da dívida transferida ao setor privado, de cerca de US\$ 9,2 bilhões, representa um resultado total para o PND da ordem de US\$ 63,7 bilhões.

Tabela 7 – Resultado privatizações realizadas no âmbito do Programa Nacional de Desestatização – 1990-2015 - US\$ milhões

Setores	Número de desestatizações	Receita de venda	Dívida transferida	Resultado total
Siderurgia	8	5.561,5	2.626,3	8.187,8
Petroquímica	27	2.698,5	1.002,7	3.701,2
Fertilizantes	5	418,2	75,3	493,5
Energia Elétrica	3	3.908,2	1.669,9	5.578,1
Ferrovário	7	1.696,9	0	1.696,9
Mineração	2	5.201,8	3.558,8	8.760,6
Portuário	7	420,8	0	420,8
Financeiro	6	4.515,1	0	4.515,1
Petróleo e Gás	1	4.840,3	0	4.840,3
Aeroportuário	6	23.430,21	0	23.430,21
Rodoviário	21	0	0	0
Outros	6	623,89	268,4	892,29
Subtotal	-	53.315,4	9.201,4	62.516,8
Decreto 1.068	-	1.227,03	0	1.227,03
Total	99	54.542,43	9.201,4	63.743,83

Fonte: BNDES, 2022. Elaboração própria.

As privatizações de empresas estatais analisadas neste trabalho se restringem às privatizações realizadas no âmbito federal por meio do Programa Nacional de Desestatização criado pela Lei nº 8.031 de 12 de abril de 1990, não contemplando o resultado referente à outorga de concessões de aproveitamentos hidrelétricos, linhas de transmissão, rodovias federais e aeroportos.

4.2 O Programa Nacional de Desestatização no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)

Conforme os dados apresentados na tabela 8, entre os anos de 1995 até 2002 foram privatizadas pelo PND 35 empresas estatais. Sendo doze no setor petroquímico, sete no setor ferroviário, sete no setor portuário, quatro no setor financeiro, três empresas no setor elétrico, uma no setor de informática e uma no setor de mineração. As maiores receitas do período foram obtidas com as vendas do Banco do Estado de São Paulo S.A. – Banespa (financeiro), Companhia Vale do Rio Doce – CVRD (mineração) e Light (energia elétrica), que foram vendidas por US\$ 3.604,3 milhões, US\$ 3.299,3 milhões e US\$ 2.508,5 milhões, respectivamente.

A venda destas empresas estatais totalizou uma receita total de US\$ 14.381,94 milhões, uma dívida transferida de US\$ 5.935 milhões e um resultado de US\$ 20.316,94 milhões de patrimônio público que foi transferido ao setor privado. Apesar dos altos valores obtidos com essas privatizações, Souza (2008) ressalta que a maioria das estatais foram subavaliadas e que estes valores não representavam o seu verdadeiro nível de rentabilidade.

[...], os critérios utilizados para avaliar essas empresas empurravam o “preço de venda” para níveis insignificantes. As “avaliações” normalmente realizadas por consultorias estrangeiras e às vezes indiretamente vinculadas as empresas compradoras, partiam do rendimento esperado para os próximos dez anos e o traziam para o “valor presente”, usando como taxa de desconto a maior rentabilidade existente no mercado (Souza, 2008, p. 213).

Tabela 8 - Empresas privatizadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) através do Programa Nacional de Desestatização (PND) - US\$ milhões

Empresa	Setor	Ano	% capital do total vendido	Receita Total	Dívida transferida	Resultado
Copene	Petroquímica	1995	14,9	270,5	475,4	745,9
Escelsa	Elétrico	1995	72,3	519,3	2	521,3
Salgema	Petroquímica	1995	29,3	139,2	43,9	183,1
CPC	Petroquímica	1995	20,8	99,6	60,9	160,5
Pronor	Petroquímica	1995	20,1	63,5	34,7	98,2
Nitrocarbono	Petroquímica	1995	19	29,6	7,5	37,1
CQR	Petroquímica	1995	36,9	1,7	0	1,7
CBP	Petroquímica	1995	23,7	0,04	0	0,04
Light	Elétrico	1996	65,8	2.508,5	585,9	3.094,4
RFFSA - Malha Sudeste	Ferrovário	1996	-	870,6	0	870,6
RFFSA - Malha Centro-Leste	Ferrovário	1996	-	316,1	0	316,1
RFFSA - Malha Sul	Ferrovário	1996	-	208,5	0	208,5
Polibrasil	Petroquímica	1996	25,7	99,4	12,4	111,8
Polipropileno	Petroquímica	1996	34,2	81,2	4,6	85,8
Koppol	Petroquímica	1996	49,6	3,1	66,9	70
RFFSA - Malha Oeste	Ferrovário	1996	-	63,4	0	63,4
RFFSA - Malha Tereza Cristina	Ferrovário	1996	-	17,9	0	17,9
EDN	Petroquímica	1996	26,7	16,6	0	16,6
Deten	Petroquímica	1996	7	12,1	0	12,1
CVRD	Mineração	1997	31,9	3.299,3	3.558,8	6.858,1
Porto de Santos (Codesp)	Portuário	1997		251,1	0	251,1
Merdional	Financeiro	1997	82,4	240,1	0	240,1
RFFSA - Malha Nordeste	Ferrovário	1997	-	14,6	0	14,6
Gerasul	Elétrico	1998	51,3	880,4	1082	1.962,4
RFFSA - Malha Paulista	Ferrovário	1998	-	205,8	0	205,8
Tecon 1 - Sepetiba (CDRJ)	Portuário	1998	-	79	0	79
Porto do Rio (CDRJ)	Portuário	1998	-	26,5	0	26,5
Codesa - Cais de Capuaba	Portuário	1998	-	26,1	0	26,1
Codesa - Cais de Paul	Portuário	1998	-	9,4	0	9,4
Porto de Angra dos Reis (CDRJ)	Portuário	1998	-	7,8	0	7,8
Datamec	Informática	1999	97,9	49,6	0	49,6
Porto de Salvador (Codeba)	Portuário	1999	-	20,9	0	20,9
Banespa	Financeiro	2000		3.604,3	0	3.604,3
BEG	Financeiro	2001	84,5	269,4	0	269,4
BEA	Financeiro	2002	98,5	76,8	0	76,8

Fonte: Relatório PND, BNDES, 2015. Elaboração própria.

É notável na tabela, a diferença no quantitativo entre os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. No período de 1995-1998 foram desestatizadas 30 estatais, já no segundo mandato (1999-2002) apenas 5 foram privatizadas. De acordo com Paulino (2010) a expansão das privatizações no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso teve um papel fundamental para o Plano Real e sua estratégia de estabilização. Juntamente com as altas taxas de juros, as privatizações foram responsáveis por atrair o grande volume de capitais estrangeiros e recompor as reservas cambiais necessárias para a manutenção da âncora cambial e conseqüentemente da inflação. “Quanto mais capital externo fosse atraído, na forma de investimento de risco por meio das privatizações, menos capital de empréstimo seria necessário para sustentar um nível confortável de reservas cambiais para garantir a paridade fixa entre o real e o dólar” (Paulino, 2010).

Analisando o resultado das privatizações realizadas no PND de 1995 a 2002 por tipo de comprador (tabela 9) constatamos que 45 % do total das empresas estatais colocadas à venda foram compradas por empresas estrangeiras e 33% por empresas nacionais. Em uma análise setorial, o capital estrangeiro foi o principal comprador das estatais dos setores financeiro e de energia elétrica; no entanto o capital nacional adquiriu boa parte das estatais dos setores de mineração, petroquímica, ferroviário, portuário e de informática.

Tabela 9 – Receita total das privatizações realizadas pelo PND de 1995 a 2002 por tipo de comprador

Setor	Instituições financeiras	Fundos de pensão	Empresas nacionais	Capital estrangeiro	Pessoa Física
Elétrico	10%	6%	16%	58%	10%
Mineração	0%	24%	60%	11%	5%
Financeiro	14%	0%	0%	86%	0%
Petroquímica	7%	6%	82%	1%	4%
Ferrovário	2%	1%	83%	13%	0%
Portuário	9%	21%	70%	0%	0%
Informática	0%	0%	95%	0%	5%

Fonte: Relatório PND, BNDES, 2015. Elaboração própria.

Diniz (2010) e Boito Jr. (2007) destacam a participação das empresas nacionais e do capital estrangeiro no processo de privatização e na compra das empresas estatais brasileiras. Segundo Diniz (2010) muitos industriais se beneficiaram das políticas neoliberais dos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, especialmente das oportunidades abertas pelas privatizações. Como por exemplo, o grupo Vicunha atuava tradicionalmente nos setores têxtil e de vestuário e por meio dos leilões das empresas estatais assumiu o controle de portos,

ferrovias e energia, mineração. Já de acordo com Boito Jr. (2007) a política de privatização favoreceu grandes empresas monopolistas e o imperialismo, marginalizando o pequeno e o médio capital:

A privatização, nessa nova fase do capitalismo brasileiro, atende diretamente aos interesses dos grandes grupos econômicos privados, ou seja, do conjunto do grande capital – nacional ou estrangeiro, industrial ou financeiro. Já a média burguesia permaneceu, devido às regras estabelecidas pelo Estado brasileiro para o processo de privatização, excluída do grande negócio que foram os leilões de empresas estatais. Grandes empresas industriais, como os grupos Votorantin, Gerdau e Vicunha; grandes bancos, como Itaú, Bradesco, Unibanco e o Bozzano-Simonsen; grandes empresas estrangeiras, como as empresas portuguesa e espanhola na área de telefonia, enfim, o grande capital nacional, industrial ou financeiro, e o grande capital estrangeiro, isto é, a cúspide do capitalismo brasileiro apropriou-se da siderurgia, da petroquímica, da indústria de fertilizantes, das empresas de telecomunicação, da administração de rodovias, dos bancos públicos, das ferrovias etc. A redução das empresas estatais significa, do ponto de vista da estrutura de classes, a redução de um setor da burguesia nacional, pois a cúpula dessas empresas funcionava como uma burguesia nacional de Estado. Juntamente com a expansão da nova burguesia de serviços, essa é outra mudança importante que ocorreu na composição da burguesia brasileira (Boito Jr., 2007, p.61).

Nas seções seguintes são encontradas informações acerca das empresas compradoras das estatais dos setores de energia elétrica, financeiro e petroquímica com o objetivo de analisar quais as frações do bloco no poder tiveram os seus interesses atendidos e foram beneficiados diretamente pela política de venda das estatais brasileiras realizadas por meio do Programa Nacional de Desestatização (PND) durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

A partir das informações sobre os adquirentes das ações das estatais fornecidos pelo Relatório do Programa Nacional de Desestatizações (2015) elaborado pelo BNDES, as empresas que possuíam participação acionária nas estatais analisadas antes e/ou após a realização dos leilões de privatização foram classificadas em Grande burguesia bancária, Grande burguesia industrial nacional e Grande burguesia industrial internacional. Com o objetivo de identificar as frações capitalistas do bloco no poder brasileiro que se beneficiaram diretamente e tiveram os seus interesses atendidos pela política de privatização no período, a classificação utilizada neste trabalho baseou-se nos setores de atividades e origem de capital (anexo 1) e foi desenvolvida com base na classificação dos setores de atividades feita por Pinto (2010) (anexo 2).

Estatais e suas subsidiárias, instituições controladas pelo governo federal e estadual foram classificadas como Estado; Instituições bancárias, fundos de pensão e investimento

foram classificados como Grande burguesia bancária; empresas dos setores petroquímico, energia elétrica e financeiro de origem estrangeira foram classificados como Grande burguesia industrial internacional; Empresas dos setores petroquímico, energia elétrica e financeiro de origem nacional foram classificados como Grande burguesia industrial nacional e ações destinadas a funcionários das estatais e acionistas que não puderam ser identificados foram classificados como outros.

4.2.1 Setor de energia elétrica

Três empresas estatais do setor de energia elétrica sob controle direto da União foram privatizadas no período de 1995 a 2002: a Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa), a Light e a Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (Gerasul). A tabela 10 apresenta a estrutura do capital votante dessas empresas antes e depois da venda.

Tabela 10 - Estrutura do capital votante antes e depois da venda das empresas do setor de energia elétrica privatizadas entre 1995-2002

Empresa	Acionistas	Anterior (%)	Posterior (%)
Escelsa	Eletrobras	72,3	14,7
	Iven S.A.	20,1	45,1
	Estado do Espírito Santo	3,4	3,4
	Outros	1,9	1,9
	Prefeituras	1,2	1,2
	Banco Pactual	1,1	1,1
	GTD Participações S.A.	0	25
	Reserva para empregados	0	7,7
Light	Eletrobras	81,6	28,8
	Outros	18,4	10,8
	Houston Industries	0	11,3
	AES Coral Reef	0	11,3
	EDF International S.A.	0	11,3
	Reserva para Empregados	0	10
	BNDESPAR	0	9,1
Gerasul	CSN	0	7,2
	União Federal	58,2	8,2
	Outros	36,4	36,4
	FND	5,4	5,4
	Ocirala Participações S.A. (Tractebel Sul S.A.)	0	50

Fonte: Relatório PND, BNDES, 2015. Elaboração própria.

A Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa) era uma concessionária de serviço público de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica criada em 1968 a partir da

fusão da Espírito Santo Centrais Elétricas (controlada pelo governo do Espírito Santo) e a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (controlada pelo governo federal). Em 1994, ano anterior à sua venda, a empresa atuava em uma área de concessão de 40,67 mil km², cerca de 90% da área do Estado de Espírito Santo, tinha 2.602 empregados, um ativo total de R\$ 895 milhões e um patrimônio líquido de R\$ 717 milhões e registrou um lucro de R\$ 32,3 milhões, apurado a partir de uma receita operacional líquida de R\$236,7 milhões (BNDES, 1995)

Incluída no PND pelo decreto 572, 22.6.1990, a Escelsa foi vendida em leilão realizado no dia 11 de setembro de 1995. Os adquirentes foram as empresas Iven S.A. e GTD Participações. A Iven S.A. é uma empresa idealizada pelo Banco Pactual para participar da privatização do setor elétrico. Além do Pactual, participam dela os bancos Nacional, Bozano, Simonsen, Icatu e Citibank, a empresa de investimentos Opportunity Capital Parties, a Fundação Centros (fundo de pensão dos empregados do Banco Central), o grupo argentino Perez e Companc. A GTD Participações é formada por 11 fundos de pensão e foi criada para participar dos processos de privatizações do setor elétrico⁴. Comprovando os objetivos especulativos do capital financeiro, quatro anos depois, Eletricidade de Portugal (EDP), empresa de energia elétrica pertencente ao governo de Portugal, comprou 38,3% da Escelsa por US\$ 534,6 milhões. O negócio foi feito com a aquisição pela empresa portuguesa das participações direta e indireta de 73,12% na Escelsa, pertencente à holding Iven⁵.

A Light era uma concessionária de serviço público de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de origem canadense que iniciou suas atividades no Brasil em 1899 em São Paulo e em 1905 na cidade do Rio de Janeiro, conhecida como Grupo Light. Em 1995, ano anterior à sua venda, a empresa atuava em uma área de concessão de 10.970 mil km², atendendo cerca de 72% da população do Rio de Janeiro, tendo 11.400 empregados. Em 1994 registrou um lucro líquido de R\$ 127 milhões, apurado a partir de uma receita operacional líquida de R\$1,3 bilhão (BNDES, 1996)

Incluída no PND pelo decreto 572, 22.6.1992, a Light foi vendida em leilão realizado no dia 21 de maio de 1996. Os adquirentes foram: O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), representado pela subsidiária BNDESpar (BNDES

⁴ Governo inicia privatização do setor elétrico pela Escelsa. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/7/12/brasil/4.html>

⁵ Dona da Escelsa começa a recomprar títulos da dívida para se proteger. <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u59504.shtml>

Participações); a estatal francesa Électricité de France – EDF, as empresas do setor energia elétrica norte-americanas: AES Virginia e a Houston Industries Energy e a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN⁶. Em fevereiro de 2002, foi concluído o processo de reestruturação societária, consolidando a EDF como controladora da Light⁷.

A Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (Gerasul) surgiu com a reestruturação societária e patrimonial realizada após a inclusão dela no PND e foi constituída como uma sociedade controlada pela Eletrobras e cuja estrutura acionária se mantinha a mesma da estatal do setor de energia elétrica criada em 1968. A Eletrosul cobria uma área de cerca 928.271km², correspondendo a 11% do território nacional, abrangendo os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. Em 1998 a empresa tinha 1.281 empregados, um ativo total de R\$3,855 bilhões e um patrimônio líquido de R\$ 2,192 bilhões e registrou um lucro líquido acumulado de R\$ 57,5 milhões (BNDES, 1998).

Incluída no PND pelo decreto 2.654, 12.7.1998, Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (Gerasul) foi vendida em leilão realizado no dia 15 de setembro de 1998. A principal adquirente foi a empresa Tractebel Sul, subsidiária da belga Tractebel Electricity e Gas International. A tabela 11 apresenta as mudanças que ocorreram na participação acionária do Estado e das frações de classe burguesa nas estatais do setor de energia elétrica privatizadas no período analisado.

A partir da tabela é possível observar a significativa perda de controle do Estado sob estas empresas e apropriação da grande burguesia bancária e da grande burguesia industrial internacional sob o patrimônio das estatais do setor. Antes do processo da inclusão no PND o Estado brasileiro possuía 76,9% do capital votante da Escelsa, 81,6% da Light e 63,6% da Gerasul. Após os leilões de venda, esta porcentagem diminuiu para 19,3%, 37,6% e 13,6%, respectivamente. A grande burguesia bancária adquiriu cerca de 70% da Escelsa e a grande burguesia industrial internacional tornou-se a principal acionista da Light e da Gerasul, controlando 33,9% e 50%, respectivamente, do capital votante dessas empresas.

⁶ Governo compra ações e evita o fracasso do leilão. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/5/22/brasil/3.html>

⁷ <http://ri.light.com.br/a-companhia/historico-e-perfil-corporativo/>

Tabela 11 – Estrutura do capital votante antes e depois da venda das empresas do setor de energia elétrica privatizadas sob a perspectiva das frações de classe burguesa (%) - 1995-2002

	Estado		Frações de classe burguesa							
			Grande burguesia bancária		Grande burguesia industrial internacional		Grande burguesia industrial nacional		Outros/Não identificados	
	AP	DP	AP	DP	AP	DP	AP	DP	AP	DP
Escelsa	76,9	19,3	21,2	71,2	0,0	0,0	0,0	0,0	1,9	9,6
Light	81,6	37,9	0,0	0,0	0,0	33,9	0,0	0,0	18,4	28,0
Gerasul	63,6	13,6	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	36,4	36,4

* AP=Participação acionária antes da privatização

* DP=Participação acionária depois da privatização

Fonte: Elaboração própria com base em BNDES (2015)

É importante ressaltar que as análises quanto a composição acionária das estatais privatizadas e das empresas compradoras quanto às frações de capital, levam em consideração a composição acionária na época em que ocorreram os respectivos leilões de privatização. Muitas destas empresas passaram por processos de vendas, fusões e aquisições ao longo dos anos, fazendo com que suas características e composição societárias sejam diferentes atualmente.

Atualmente, a Escelsa faz parte da EDP Escelsa, empresa que surgiu em 2002 da fusão da Escelsa e da CCBFE - Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (do grupo americano AMFORP - American & Foreign Power Company).⁸ A Light e a Gerasul hoje fazem parte da Light S.A. e da ENGIE Brasil, respectivamente. Ambas têm grande participação do capital financeiro em sua composição societária. Na atual composição acionária da Light S.A. cerca de 30% da empresa é controlada por fundos de investimentos.⁹ A Tractebel Sul, principal compradora da Gerasul, atualmente com a denominação de Engie Brasil, é uma das maiores produtoras privada de energia elétrica do Brasil¹⁰. Além disso, há também grande participação do capital financeiro, pois cerca de 10% da empresa é controlada pelo Banco Clássico S.A.¹¹

⁸ Escelsa completa 42 anos. <https://brasil.edp.com/pt-br/noticias/2010/07/02/edp-escelsa-completa-42-anos#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20da%20EDP%20Escelsa,e%C3%A9%20a%20propriedade%20rurais>.

⁹ <http://ri.light.com.br/governanca/composicao-acionaria/>

¹⁰ Belgas compram ações da Gerasul. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc31129812.htm>

¹¹ <https://www.engie.com.br/investidores/governanca-corporativa/estrutura-acionaria-e-societaria/>

Segundo ranking elaborado da Revista Exame (2022)¹² em 2020 a EDP Escelsa foi considerada a 10ª maior empresa do setor de energia e 50ª do país com uma receita anual de R\$ 14.983.800,00, a Light S.A. foi considerada a 12ª maior empresa do setor de energia e 54ª do país com uma receita anual de R\$ 13.073.468,00 e a Engie Brasil (antiga Tractebel Sul) foi considerada a 13ª maior empresa do setor de energia e 59ª do país com uma receita anual de R\$ 12.259.159,00.

4.2.2 Setor financeiro

Quatro instituições financeiras sob controle direto da União foram privatizadas no período de 1995 a 2002: Banco Meridional do Brasil S.A., Banco do Estado de São Paulo S.A. (Banespa), Banco do Estado de Goiás S.A. (BEG) e Banco do Estado do Amazonas S.A. (BEA). A tabela 12 apresenta a estrutura do capital votante dessas empresas antes e depois da venda.

Tabela 12 - Estrutura do capital votante das estatais antes e depois da venda das empresas do setor financeiro privatizadas entre 1995-2002

Empresa	Acionistas	Anterior (%)	Posterior (%)
Meridional	União Federal	100	0
	Banco Bozano Simonsen	0	100
BEG	União Federal	98	0
	Outros acionistas	2	2
	Banco Itaú S.A.	0	98
BEA	União Federal	98,5	0
	Outros acionistas	1,5	1,5
	Banco Bradesco S.A.	0	98,5
Banespa	União Federal	51	0
	Fazenda do estado de São Paulo	15,7	15,7
	Cebespa	15,5	15,5
	Demais acionistas	11,6	11,6
	Banesprev	3,9	3,9
	Funcionários do Banespa	1,4	1,4
	Anamb	0,9	0,9
	Banco Santander Central Hispano	0	51
	Inst. prev. Privada	0	0

Fonte: Relatório PND, BNDES, 2015. Elaboração própria.

¹² A premiação MELHORES E MAIORES avalia empresas de capital aberto ou com dados públicos, a exemplo das demonstrações contábeis no Diário Oficial dos estados, balanços divulgados em fontes fidedignas (B3 e CVM) e veículos de comunicação idôneos de grande circulação. Para realização das análises das empresas foram considerados três critérios: Resultados Contábeis-Financeiros, Crescimento e ESG (Environmental, social, and corporate governance). <https://mm.exame.com/metodologia/>

O Banco Meridional do Brasil S.A. foi criado em 1985 e se localizava no estado do Rio Grande do Sul. Antes da privatização, o banco era a empresa holding que agregava todo o sistema Meridional: além do banco, existiam também uma seguradora, uma corretora de valores mobiliários e câmbio, empresas de artes gráficas, de informática, de leasing e de comércio internacional. Em 1996, o Meridional possuía uma rede de 222 agências na região Sul do país, um patrimônio líquido de R\$ 326,2 milhões e um ativo total de R\$ 2.433,2 milhões (BNDES, 1997). Incluído no PND pelo decreto 654 de 17.9.92, o banco Meridional foi vendido ao banco Bozano, Simonsen em leilão realizado dia 04 de dezembro de 1997. Três anos depois do ano do leilão de privatização do Meridional, seu comprador, o banco Bozano, Simonsen foi comprado pelo banco Santander.¹³

O Banco do Estado de São Paulo S.A. (Banespa) foi criado em 1901 e em 1999 possuía 537 agências e um patrimônio líquido de R\$ 4.175,9 milhões. (BNDES, 2001). Incluído no PND pelo Decreto 2.469, de 21.1.1998, o Banespa foi vendido em leilão realizado no dia 20 de novembro de 2000 tendo como maior adquirente o banco Santander.

O Banco do Estado de Goiás S.A. foi criado em 1951 e era um banco comercial de varejo que em 2001 possuía 151 agências que empregavam 1.866 funcionários, ativos totais de R\$ 1,297,4 milhão, um patrimônio líquido de R\$ 194,2 milhões (BNDES, 2001). Incluído no PND pelo Decreto 3.286, 14.12.1999, o BEG foi vendido em leilão realizado no dia 04 de dezembro de 2001 tendo como maior adquirente o banco Itaú¹⁴.

O Banco do Estado do Amazonas S.A. foi criado em 1956 e era um banco comercial de varejo que em 2001 contava com 36 agências, empregava 679 funcionários, possuía ativos totais de R\$ 622,1 milhões, um patrimônio líquido de R\$ 138,6 milhões (BNDES, 2002). Incluído no PND pelo decreto 3.401, 3.4.2000, o BEA foi vendido em leilão realizado no dia 24 de janeiro de 2002, tendo como maior adquirente banco Bradesco¹⁵.

¹³ Santander torna-se 5º banco privado.
<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2001200002.htm#:~:text=Paulo%20%2D%20Aquisi%C3%A7%C3%A3o%20Santander%20torna%2D,privado%20%2D%2020%2F01%2F2000&text=A%20venda%20do%20banco%20Bozano,novo%20superbanco%20estrangeiro%20no%20Brasil>.

¹⁴ Itaú paga ágio de 121,14% pelo BEG.<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0512200134.htm>

¹⁵ Bradesco leva banco do AM por R\$ 182 mi <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2501200224.htm>

A tabela 13 apresenta as mudanças que ocorreram na participação acionária do Estado e das frações de classe burguesa nas estatais do setor financeiro privatizadas no período analisado. A partir da tabela é possível observar a significativa perda de controle do Estado sob estas empresas e apropriação da grande burguesia bancária sob o patrimônio das estatais do setor. Antes do processo da inclusão no PND o Estado brasileiro possuía 100% do capital votante do Meridional, cerca de 98% do BEA e do BEG e 66,7% do Banespa. Após os leilões de venda, o Estado perdeu todo controle sobre os bancos, com exceção do Banespa. A grande burguesia bancária adquiriu cerca de 100% das ações do Meridional, do BEG e do BEA e 51% do Banespa.

De acordo com ranking elaborado pela Revista Exame (2022), os principais compradores destas instituições financeiras, os bancos Bradesco S.A., Itaú Unibanco S.A. e Santander (Brasil) S.A., foram considerados a segunda, terceira e quinta maior instituição financeira do país em 2020, com patrimônio líquido de R\$ 144.461.881,00, R\$ 111.848.425,00 e R\$ 80.118.891,00, respectivamente.

Tabela 13 – Estrutura do capital votante antes e depois da venda das empresas do setor financeiro privatizadas sob a perspectiva das frações de classe burguesa (%) - 1995-2002

	Estado		Frações de classe burguesa								
			Grande burguesia bancária		Grande burguesia industrial internacional		Grande burguesia industrial nacional		Outros/Não identificados		
	AP	DP	AP	DP	AP	DP	AP	DP	AP	DP	
Meridional	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BEG	98,0	0,0	0,0	98,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	2,0
BEA	98,5	0,0	0,0	98,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5	1,5
Banespa	66,7	15,7	0,0	51,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	33,3	33,3

* AP=Participação acionária da fração na empresa antes da privatização

* DP=Participação acionária da fração na empresa depois da privatização

Fonte: Elaboração própria com base em BNDES (2015)

4.2.3 Setor petroquímico

Doze empresas estatais do setor petroquímico sob controle direto ou indireto da União foram privatizadas no período de 1995 a 2002: Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene), Companhia Petroquímica de Camaçari (CPC), Salgema Indústrias Químicas S.A., Companhia Química do Recôncavo (CQR), Nitrocarbono S.A., Pronor Petroquímica S.A., Companhia

Brasileira de Poliuretanos (CBP), Polipropileno S.A., Koppol Filmes S.A., Deten Química S.A., Polibrasil S.A. Indústria e Comércio e Estireno do Nordeste (EDN). A tabela 14 apresenta a estrutura do capital votante dessas empresas antes e depois da venda.

Tabela 14 - Estrutura do capital votante antes e depois da venda das empresas do setor petroquímico privatizadas entre 1995-2002

Empresa	Acionistas	Anterior (%)	Posterior (%)
Copene	Outros	38	38
	Petroquisa	36,2	5,6
	Norquisa	25,7	36,4
	Reserva para o público	0	15,8
	Reserva para empregados	0	3,1
	Fundos de pensão	0	1,2
CPC	EPB	33,3	66,7
	Petroquisa	33,3	0
	Mitsubishi Chemical	19	19
	Nisso Iwai	14,3	14,3
Salgema	Copene	40,3	50
	EPB	36,5	50
	Petroquisa	23,2	0
CQR	Salgema	49	49
	Petroquisa	36,9	0
	Outros	14,1	14,1
	Apply	0	36,9
Nitrocarbono	Pronor	57,9	80,2
	Petroquisa	24,6	0
	Petroquímica da Bahia	17,5	19,8
Pronor	Petroquímica da Bahia	50	99,3
	Petroquisa	49,3	0
	Outros	0,7	0,7
	Pronor	73,6	73,6
CBP	Petroquisa	23,7	0
	Outros	2,2	2,2
	BBM	0,5	0,5
	Atrium DTVM	0	23,7
	Petroquisa	42,9	0
Polipropileno	Cia. Suzano	30	72,9
	Cevokol	27,1	27,2
	SB Poliolefinas	49,6	49,6
Koppol	Petroquisa	49,6	0
	Ipiranga	0,4	0,4
	Polipropileno	0,4	0,4
	Suzano Resinas Petroquímicas Ltda.	0	49,6
	Outros oito acionistas	0	0
	Petroquisa	35,4	28,3
Deten	Unipar	35,3	35,3
	UMA	28,3	35,4
	Outros	1	1
	Shell (atualmente SB Poliolefinas)	25,7	25,7
Polibrasil	Petroquisa	25,7	0
	Polipropileno	47,5	63,9

	Ipiranga	1,1	1,5
	Hipart	0	8,9
EDN	Dow Química	26,7	53,5
	Petroquisa	26,7	0
	Novos Acionistas	23,7	23,7
	Massa Falida Cevekol	13,2	13,2
	Outros	9,7	9,7

Fonte: Relatório PND, BNDES, 2015. Elaboração própria.

A Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene) foi criada em 1972 e produzia em sua unidade fabril localizada no estado da Bahia produtos químicos básicos a partir de nafta. Em 1994 empregava 1.160 funcionários, possuía um ativo total de R\$ 3.271 milhões, um patrimônio líquido de R\$ 2.999 milhões e um lucro líquido de R\$ 249 milhões (BNDES, 1995). Incluída no PND pelo decreto 99.464 de 16.08.1990, a Copene foi vendida em leilão realizado no dia 11 de agosto de 1995. A maior adquirente da Copene foi a Norquisa, uma empresa formada pela associação de outras 13 que utilizavam a matéria-prima básica produzida pela Copene. Um dos principais acionistas da Norquisa era o grupo Econômico, cuja empresa líder é o Banco Econômico. Entre os demais acionistas das empresas que formavam a Norquisa estavam os grupos Econômico, Odebrecht, Mariani, Ultra, Suzano, Rhodia e Dow Química. O Econômico participa da associação por meio das empresas Petronor e Politeno, que juntas detinham 31% do capital da Norquisa¹⁶.

A Companhia Petroquímica de Camaçari (CPC) foi criada em 1972 e tinha em 1994 unidades industriais produtoras de cloreto de polivinila PVC na Bahia, Alagoas e São Paulo, era responsável por atender 65% do mercado interno do material, empregava 519 funcionários, possuía um ativo total de R\$ 637 milhões, um patrimônio líquido de R\$ 433 milhões e um lucro líquido de R\$ 39,56 milhões (BNDES, 1995). Incluída no PND pelo decreto 99464 de 16.08.1990, a CPC foi vendida em leilão realizado no dia 29 de setembro de 1995. A maioria das ações leiloadas foram adquiridas pela EPB Empresas Petroquímicas do Brasil, do grupo Odebrecht¹⁷.

¹⁶ Empresa ligada ao Econômico assume Copene. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/8/16/brasil/20.html>
Odebrecht-Mariani leva Copene, sem ágio..<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2607200123.htm>

¹⁷ CPC é vendida por R\$ 95,52 mi. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/9/30/brasil/12.html>

A Salgema Indústrias Químicas S.A. foi criada em 1975 e sua unidade produtiva estava localizada no estado de Alagoas produzindo soda cáustica e produtos relacionados. Em 1994 empregava 600 pessoas, possuía um total de R\$ 779 milhões em ativos e um patrimônio líquido de R\$ 521 milhões e um lucro líquido de R\$ 20,9 milhões (BNDES, 1995). Incluída no PND pelo decreto 99.666 de 01.11.1990, a Salgema foi vendida em leilão realizado em 05 de outubro de 1995. A maioria das ações ordinárias foram compradas pela EPB Empresas Petroquímicas do Brasil (grupo Odebrecht) e pela Copene (Companhia Petroquímica do Nordeste), que já dividiam o controle da Salgema com a estatal Petroquisa (grupo Petrobrás)¹⁸.

A Companhia Química do Recôncavo (CQR) foi criada em 1963 e produzia soda cáustica e cloro em sua unidade produtiva localizada na Bahia. Em 1994 tinha ativos totalizando 199 milhões e um patrimônio líquido de 80,18 milhões e lucro líquido de 1,39 milhão (BNDES, 1995). Vendida em leilão realizado em 05 de outubro de 1995, seu principal adquirente foi a Salgema, estatal privatizada no mesmo ano.

A Nitrocarbono S.A. foi criada em 1972 e produzia caprolactama, insumos de fios e fibras químicas, sulfato de amônio e dimetil-tereftalato de sódio DMT em sua unidade produtiva localizada no estado da Bahia. Em 1994 empregava 290 funcionários, possuía um ativo de R\$ 157,9 milhões, um patrimônio líquido de R\$ 113,4 milhões e um lucro líquido de R\$ 7,22 milhões (BNDES, 1995). Incluída no PND pelo decreto 99.464 de 16.08.1990, a Nitrocarbono foi vendida em leilão realizado em 05 de dezembro de 1995 tendo como principal adquirente foi a Pronor, estatal privatizada no mesmo ano.

A Pronor Petroquímica S.A. produzia em sua unidade fabril localizada na Bahia tolueno diisocianato (TDI). Em 1994 possuía 328 funcionários, um ativo total de R\$ 340 milhões, um patrimônio líquido de R\$ 259 milhões e um lucro líquido de R\$ 3,85 milhões. (BNDES, 1995). Incluída no PND pelo decreto 99.464 de 16.08.1990, a Pronor foi vendida em leilão realizado em 05 de dezembro de 1995 tendo como principal adquirente Petroquímica da Bahia S.A (Grupo Mariani).

A Companhia Brasileira de Poliuretanos (CBP) foi criada em 1982 e produzia MDI. Em 1994 possuía 12 funcionários, um ativo de R\$ 56,8 milhões, um patrimônio líquido de R\$ 9,59 milhões e um prejuízo de R\$ 8,66 milhões. (BNDES, 1995). Incluída no PND pelo decreto

¹⁸ Governo vende ações da Salgema com ágio de 138% <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/10/06/brasil/34.html>

99.464 de 16.08.1990, a CBP foi vendida em leilão realizado em 05 de dezembro de 1995 tendo como principal adquirente a Pronor, estatal privatizada no mesmo ano.

A Polipropileno S.A. foi criada em 1974 e produzia polipropileno em sua unidade fabril localizada no estado da Bahia. Em 1994 empregava apenas três funcionários por ser uma empresa de participações, possuía um ativo total de R\$ 119 milhões, um patrimônio líquido de R\$ 117 milhões e um lucro líquido de R\$ 3,29 milhões. (BNDES, 1996). Incluída no PND pelo decreto 99464 de 16.08.1990, a Polipropileno foi vendida em leilão realizado em 01 de fevereiro de 1996 tendo como principal adquirente a Companhia Suzano.

A Koppol Filmes S.A. foi criada em 1988 e em sua unidade fabril localizada no estado de São Paulo produzia filmes de polipropileno (BOPP). Em 1994 possuía ativos que totalizaram R\$ 89,67 milhões, um patrimônio de R\$ 11,42 e um prejuízo de R\$6,07 milhões. (BNDES, 1996). A Koppol foi vendida em leilão realizado em 01 de fevereiro de 1996 tendo como principal adquirente Suzano Resinas Petroquímicas Ltda.

A Deten Química S.A. foi criada em 1972 e produzia em sua unidade fabril localizada na Bahia tensoativos, detergentes biodegradáveis e outros produtos químicos. Em 1994 possuía 256 funcionários, um ativo de R\$ 152 milhões, um patrimônio líquido de R\$138 milhões e uma receita operacional líquida de R\$ 109 milhões. (BNDES, 1996). Incluída no PND pelo decreto 99464 de 16.08.1990 a Deten foi vendida em leilão realizado em 22 de maio de 1996 tendo como principais adquirentes a UNA S.A Administração e Participações e Unipar (grupos Vila Velha e Odebrecht).¹⁹

A Polibrasil S.A. Indústria e Comércio foi criada em 1969 e produzia polipropileno. Em 1995 apresentou uma receita operacional líquida de R\$ 223,731 mil e contava com 575 funcionários. (BNDES, 1996). Incluída no PND pelo decreto s/n de 05.03.91 a Polibrasil foi vendida em leilão realizado em 27 de agosto de 1996 tendo como principal adquirente a Polipropileno, estatal privatizada no mesmo ano.

A Estireno do Nordeste (EDN) foi criada em 1976 e produzia estireno e poliestireno. Em 1995 empregava 282 funcionários, possuía um ativo total de R\$ 221 milhões, um patrimônio líquido de R\$ 57 milhões e uma receita operacional líquida de R\$ 193 milhões. (BNDES, 1996). Incluída no PND pelo decreto 99.464 de 16.08.90 a EDN foi vendida em leilão

¹⁹ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/12/15/brasil/16.html>

realizado em 26 de setembro de 1996, tendo como principal adquirente a Dow Química, empresa norte-americana do setor petroquímico.

A tabela 15 apresenta as mudanças que ocorreram na participação acionária do Estado e das frações de classe burguesa nas estatais do setor petroquímico privatizadas no período analisado. A partir da tabela é possível observar a significativa perda de controle do Estado sob estas empresas e apropriação da grande burguesia industrial nacional sobre o patrimônio público através da aquisição das estatais. Observa-se ainda, no interior da burguesia industrial nacional, a existência de uma concentração entre os principais compradores das estatais do setor petroquímico. Os grupos econômicos Suzano, Mariani e Odebrecht tiveram forte participação na compra das ações das petroquímicas leiloadas no período.

Através da compra direta das ações leiloadas ou por meio da participação acionária de outras empresas adquirentes, o grupo Suzano teve controle sobre a Copene, Polipropileno, Koppol e Polibrasil; o grupo Mariani teve controle sobre a Copene, Pronor, Nitrocarbono e CBP; e o grupo Odebrecht teve controle sobre a Copene, CPC, Salgema, CQR, Koppol, Deten e Polibrasil (conforme anexo 1). Em 2020, a Braskem S.A., empresa criada em 2002 pela integração de seis empresas da Organização Odebrecht e do Grupo Mariani²⁰, é considerada no ranking elaborado pela Revista Exame (2022) a terceira maior empresa do setor petroquímico brasileiro com uma receita de R\$39.914.394,00.

²⁰ <https://www.braskem.com.br/perfil>

Tabela 15 – Estrutura do capital votante antes e depois da venda das empresas do setor petroquímico privatizadas sob a perspectiva das frações de classe burguesa (%) - 1995-2002

	Estado		Frações de classe burguesa							
			Grande burguesia bancária		Grande burguesia industrial internacional		Grande burguesia industrial nacional		Outros/Não identificados	
	AP	DP	AP	DP	AP	DP	AP	DP	AP	DP
Copene	36,2	5,6	0	1,2	0	0	25,7	36,4	38	56,9
CPC	33,3	0	0	0	33,3	33,3	33,3	66,7	0	0
Salgema	0	0	0	0	0	0	100	100	0	0
CQR	0	0	0	36,9	0	0	85,9	49	14,1	14,1
Nitrocarbono	24,6	0	0	0	0	0	75,4	100	0	0
Pronor	49,3	0	0	0	0	0	50	99,3	0,7	0,7
CBP	23,7	0	0	23,7	0	0	73,6	73,6	2,7	2,7
Polipropileno	42,9	0	0	0	0	0	30	72,9	27,1	27,2
Koppol	49,6	0	0	0	0	0	50,4	100	0	0
Deten	35,4	28,3	0	0	0	0	35,3	35,3	29,3	36,4
Polibrasil	26,7	0	0	0	0	0	74,3	91,1	0	8,9
EDN	26,7	0	0	0	26,7	53,5	0	0	46,6	46,6

* AP=Participação acionária antes da privatização

* DP=Participação acionária depois da privatização

Fonte: Elaboração própria com base em BNDES (2015)

A análise das empresas compradoras das estatais dos setores de energia elétrica, financeiro e petroquímico demonstram o predomínio das frações da grande burguesia bancária nacional e internacional e da grande burguesia industrial nacional e internacional sob o processo de apropriação do patrimônio público que ocorreu através da política de privatização realizada durante os anos de 1995 a 2002.

4.3 Programa Nacional de Desestatização - PND e o governo de Luiz Inácio “Lula” da Silva (2003-2010)

No governo Lula o ritmo das privatizações realizadas no âmbito do PND diminuiu drasticamente. Apenas duas empresas estatais foram desestatizadas no período de 2003 a 2010: Banco do Estado do Maranhão S.A. (BEM) em 2004 e Banco do Estado do Ceará S.A. (BEC) em 2005. No âmbito do Programa Nacional de Desestatização (PND), durante os anos de 2003-

2010, além das empresas mencionadas anteriormente, apenas concessões de trechos rodoviários foram realizadas.²¹

Tabela 16 - Empresas privatizadas durante o governo de Luiz Inácio “Lula” da Silva (2003-2010) através do Programa Nacional de Desestatização (PND) - US\$ milhões

Empresa	Setor	Ano	% capital total vendido	Receita total	Dívida transferida	Resultado
BEC	Financeiro	2005	89,3	297,9	0	297,9
BEM	Financeiro	2004	90	26,6	0	26,6

Fonte: Relatório PND, BNDES, 2015. Elaboração própria.

O Banco do Estado do Maranhão S.A. (BEM) foi autorizado a funcionar por meio da Carta Patente 1.973, de 8.5.1939, enquanto que o Banco do Estado do Ceará S.A. (BEC) foi autorizado a funcionar pela Carta Patente 7.843, de 31.3.64. O primeiro foi incluído no PND pelo decreto 3.660, de 14.11.2000 e o segundo pelo decreto 3.286, de 14.12.99. Ambos foram comprados pelo Banco Bradesco em leilões realizados em 10 de fevereiro de 2004 e 21 de dezembro de 2005, respectivamente. Desta forma, a fração burguesa comandada pelo capital bancário obteve total controle sobre as instituições financeiras privatizadas no período analisado conforme pode ser visto nas tabelas 17 e 18. Em 2020, o Banco Bradesco S/A foi considerado pela Revista Exame (2022) a segunda maior instituição financeira do país com um patrimônio líquido de R\$ 144.461.881.

Tabela 17 - Modificações na estrutura do capital votante após a venda das empresas do setor financeiro privatizadas entre 2003-2010

Empresa	Acionistas	Anterior (%)	Posterior (%)
BEM	União Federal	99,9	0
	Outros acionistas	0,1	0
	Bradesco	0	90
	Reserva para empregados	0	10
BEC	União Federal	99,1	0
	Outros acionistas	0,9	0
	Bradesco	0	90
	Reserva para empregados	0	10

Fonte: Relatório PND, BNDES, 2015. Elaboração própria.

²¹ Os trechos rodoviários concedidos através do Programa Nacional de Desestatizações durante os anos de 2003 e 2010: BR-116/PR/SC - AUTOPISTA PLANALTO SUL (2008), BR-116/PR - BR-376/PR - BR 101/SC - AUTOPISTA LITORAL SUL (2008), BR-116/SP/PR - AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT (2008), BR-381/MG/SP - AUTOPISTA FERNÃO DIAS (2008), BR-101/RJ - AUTOPISTA FLUMINENSE (2008), BR-153/SP - TRANSBRASILIANA (2008), BR-393/RJ - RODOVIA DO AÇO (2008), BR-116/324/BA e BA-526/528 - VIABAHIA (2009).

Tabela 18 – Estrutura do capital votante antes e depois da venda das empresas do setor financeiro privatizadas sob a perspectiva das frações de classe burguesa (%) - 2003-2010

	Estado		Grande burguesia bancária		Grande burguesia industrial internacional		Grande burguesia industrial nacional		Outros	
	AP	DP	AP	DP	AP	DP	AP	DP	AP	DP
BEM	99,9	0	0	90	0	0	0	0	0,1	10
BEC	99,1	0	0	90	0	0	0	0	0,9	10

* AP=Participação acionária na empresa antes da privatização

* DP=Participação acionária na empresa depois da privatização

Fonte: Elaboração própria com base em BNDES (2015)

Uma das possíveis explicações para a redução do processo de privatização que ocorreu nos mandatos de Lula são as mudanças ocorridas no bloco político no poder. Segundo Boito Jr. (2007) e Filgueiras e Gonçalves (2007) no governo Lula houve a ascensão da burguesia interna no interior do bloco dominante. Tal movimento no bloco no poder se deve a maior influência que os segmentos exportadores passaram devido a sua importância para o equilíbrio das contas externas; a redução da participação da burguesia nacional no bloco no poder após as inúmeras privatizações, pois a cúpula dessas empresas funcionava como uma burguesia nacional de Estado; e ao processo de mercadorização dos serviços públicos que deu origem ao que Boito Jr. (2007) chama de nova burguesia de serviços.

A burguesia interna, especialmente o agronegócio, o capital produtor e exportador de commodities, as grandes empreiteiras e os grandes grupos do comércio varejista, que passaram a ser objeto prioritário das políticas do Estado, demandaram outras políticas por parte do Estado, que vão além do processo de desestatização. Através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e da Petrobrás, o governo Lula atendeu aos interesses dessa fração de classe, sem, entretanto, interferir nos interesses fundamentais do capital financeiro (Filgueiras, 2017). Através da análise da política de privatizações desenvolvida ao longo dos mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010) conclui-se que no mandato de Fernando Henrique as principais forças do bloco no poder eram o capital financeiro e o capital industrial nacional e estrangeiro, visto que eles foram as frações burguesas diretamente beneficiadas com as vendas das estatais brasileiras.

Para manter a remuneração do capital financeiro nacional e estrangeiro após a crise cambial ocorrida ao final do governo de Fernando Henrique, expandiram-se as políticas de incentivo à exportação que proporcionaram um crescente superávit na balança comercial e a

diminuição da dívida externa. No governo Lula as políticas econômicas voltadas para o mercado externo, iniciadas no governo anterior, foram ampliadas, o que melhorou a posição da burguesia interna, especialmente o agronegócio, no interior no bloco no poder. Desta forma, as privatizações foram perdendo espaço para políticas de incentivo aos setores voltados à exportação, que eram o principal interesse não só da burguesia interna como também da fração financeira.

5 CONCLUSÃO

Em uma formação social com predomínio do modo de produção capitalista o Estado, além de ser a instituição que organiza os interesses da classe burguesa, também é o centro do exercício do poder político, local onde ocorrem disputas e conflitos entre diferentes classes sociais. Entretanto, a classe burguesa, presença dominante no aparelho estatal, não se apresenta de forma uniforme, existem diferentes frações do capital com diferentes interesses; o que acaba levando a formação de um bloco no poder que reúne diferentes classes ou frações de classe dominantes. A partir disso, entende-se que as políticas executadas pelo Estado também são reflexos das relações de classe e do bloco de poder atuante em determinada conjuntura.

Com a chegada da ideologia neoliberal no Brasil durante o governo de Fernando Collor (1990-1992) houve uma mudança no papel do Estado brasileiro, de um Estado desenvolvimentista, ativo para estimular o desenvolvimento industrial, para um Estado regulador que defende a mínima intervenção estatal na atividade econômica. O avanço do neoliberalismo foi acompanhado pelo avanço do capital financeiro sobre as diferentes esferas da sociedade, inclusive sobre as políticas estatais. Apesar de ocupar posição hegemônica sobre as demais frações participantes do bloco no poder, ainda existem disputas por parte das demais frações para terem seus objetivos atendidos pelo Estado.

Desde então, inúmeras políticas implementadas pelo Estado brasileiro foram voltadas para beneficiar o bloco no poder: a precarização dos direitos sociais e trabalhistas, altas taxas de juros, austeridade fiscal, entre outras. Uma das mais relevantes é a política de privatizações representada no Programa Nacional de Desestatização (PND) criado em 1990. A análise das frações de capital compradoras das empresas estatais vendidas durante os anos de 1995 e 2010 revela que o Estado brasileiro perdeu o controle de grande parte do capital industrial construído desde da década de 1950.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso foram vendidas 19 estatais sob controle majoritário da União dos setores de energia elétrica, petroquímico e financeiro que totalizaram um resultado de US\$ 11.291,5 milhões. Estas privatizações beneficiaram especialmente as frações da grande burguesia industrial internacional, grande burguesia industrial nacional e grande burguesia bancária nacional e internacional.

No setor de energia elétrica, o Estado brasileiro possuía 76,9% do capital votante da Escelsa, 81,6% da Light e 63,6% da Gerasul antes das privatizações destas empresas e após os leilões de venda, esta porcentagem diminuiu para 19,3%, 37,6% e 13,6%, respectivamente. A grande burguesia bancária adquiriu cerca de 70% da Escelsa e a grande burguesia industrial

internacional tornou-se a principal acionista da Light e da Gerasul, controlando 33,9% e 50%, respectivamente, do capital votante dessas empresas. No setor financeiro, o Estado brasileiro possuía 100% do capital votante do Meridional, cerca de 98% do BEA e do BEG e 66,7% do Banespa. Após os leilões de venda, o Estado perdeu todo controle sobre os bancos, com exceção do Banespa e a grande burguesia bancária adquiriu cerca de 100% das ações do Meridional, do BEG e do BEA e 51% do Banespa. Por fim, no setor petroquímico a grande burguesia industrial nacional foi a principal beneficiária das privatizações do setor, especialmente os grupos econômicos Suzano, Mariani e Odebrecht.

Apesar de se beneficiar com boa parte das privatizações que ocorreram no governo de Fernando Henrique Cardoso, a grande burguesia interna industrial, assim como o agronegócio, se mostravam insatisfeitos com algumas políticas neoliberais, especialmente a abertura comercial que aumentava a concorrência estrangeira, e demandavam desde o final do segundo mandato de FHC, maior participação no bloco no poder dominado pelo capital financeiro.

Diferentemente de seu antecessor, durante o governo Lula as privatizações realizadas no âmbito do Programa Nacional de Desestatização (PND) diminuíram drasticamente. A maioria das atividades do programa no período de 2003-2010 envolveram a concessão de trechos rodoviários, sendo apenas dois bancos privatizados durante os oito anos de governo, que foram adquiridos pela grande burguesia bancária nacional e internacional.

Esta diminuição pode ser explicada pela rejeição de grande parte do eleitorado que elegeu Lula em relação às políticas neoliberais mais ortodoxas e às mudanças das políticas econômicas, mais voltadas para o chamado neodesenvolvimentismo. Período que teve como traço marcante a expansão dos incentivos a exportação de produtos primários (commodities) com objetivo de gerar superávits comerciais, aumentando diretamente os ganhos da burguesia interna (indústria e agronegócio) e da burguesia bancária-financeira através do pagamento dos altos juros da dívida externa.

Por fim, a partir dos resultados obtidos, podemos concluir que as frações de classe burguesa que se apropriaram do patrimônio público através das privatizações realizadas através do PND entre os anos de 1995 e 2010 foram a grande burguesia industrial internacional, a grande burguesia industrial nacional e grande burguesia bancária nacional e internacional. Ou seja, o Estado através da política de privatização beneficiou diretamente os interesses destas frações do bloco no poder. Além disso, houve uma mudança na relação existente entre o bloco no poder e a política de privatização executada nos governos de FHC e Lula. No governo FHC, o bloco no poder apoiava e demandava a expansão das privatizações, enquanto que no governo

Lula, as alterações no interior do bloco proporcionaram a diminuição desta política e o crescimento de outras que estivessem alinhadas com os interesses do bloco no poder vigente.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. et al. Balanço do neoliberalismo. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, p. 9-23, 1995.

ALMEIDA, M. Desafios da real política industrial brasileira do século XXI. Texto para discussão, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2579>>. Acesso em 16 de março de 2022.

BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Programa Educativo Dívida Externa - PEDEX, **Caderno Dívida Externa**, n. 6, 2. ed., nov. 1994.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Programa Nacional de Desestatização**. Relatório de Atividades. Rio de Janeiro, 1991, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2015.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Privatização - Federais - PND**. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/processos-encerrados/Privatizacao-Federais-PND>>. Acesso em: 31 de março de 2022.

BRASIL. **LEI Nº 8.031, DE 12 DE ABRIL DE 1990**. Cria o Programa Nacional de Desestatização, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8031.html> Acesso em: 31 de março de 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; THEUER, Daniela. Um estado novo-desenvolvimentista na América Latina?. **Economia e sociedade**, v. 21, p. 811-829, 2012.

BOITO JR, A. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Revista de Sociologia e Política**, n. 28, p. 57-73, 2007.

BOITO JR, A. Resenha da nova edição brasileira da obra de Nicos Poulantzas, Poder político e classes sociais. Roteiro, [S. l.], v. 45, p. 1–6, 2020. DOI: 10.18593/r.v45i0.23098. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/23098>. Acesso em: 4 fev. 2022.

BUGIATO, C. A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 9, n. 14, p. 83-103, 2018.

BOITO JR, A. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. IN: Boito Jr, Armando & Galvão, Andréia. **Política e classes sociais no Brasil nos anos**, 2012.

BOITO JR, A. As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil. CAETANO, G.; MAYA, ML Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina. Buenos Aires: **CLACSO Libros**, p. 271-296, 2006.

BOITO JR, A. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Revista de Sociologia e Política**, p. 57-73, 2007.

CHESNAIS, F. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro**, v. 5, n. 2, 2001.

CHANG, H. State, institutions and structural change. **Structural Change and Economic Dynamics**, v. 5, n. 2, p. 293-313, 1994.

CHANG, H. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. Tradução de ARAÚJO, L. A. O. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CARINHATO, P. H. Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Revista Aurora**, v. 2, n. 1, 2008.

CYSNE, R. P. **Aspectos macro e microeconômicos das reformas**. In Baumann, R. (org.). Brasil. Uma década em transição. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DE FARIAS, F. P. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. **Crítica Marxista/Unicamp**, v. 28, p. 81-98, 2009.

DE SOUZA, A. L; LAZZARETTI, M. Â. A falácia do Mercado Autorregulado: Institucionalização de liberdade e a comodificação da natureza em Karl Polanyi. **Brazilian Applied Science Review**, v. 4, n. 6, p. 3291-3310, 2020.

DINIZ, E. Empresariado industrial, representação de interesses e ação política: trajetória histórica e novas configurações. **Política & Sociedade**, v. 9, n. 17, p. 101–139-101–139, 2010.

DE LACERDA, Antônio Corrêa et al. **Economia brasileira**. Saraiva Educação SA, 2017.

EVANS, P. B. Análise do Estado no mundo neoliberal: uma abordagem institucional comparativa. **Revista de economia contemporânea**, v. 2, n. 2, 1998.

FIANI, R. Estado e economia no institucionalismo de Douglass North. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 23, p. 324-339, 2020.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. Neoliberalismo y sectores dominantes. **Tendencias globales y experiencias nacionales**, v. 179, p. 206, 2006.

FILGUEIRAS, L. Economia, política e o bloco no poder no Brasil. **Bahia Análise & Dados**, v. 27, n. 2, p. 147-173, 2017.

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FRIEDLANDER, D. e GRINBAUM, R. Espanhol compra Bozano e já é o segundo entre os estrangeiros; negócio esquenta disputa por Banespa; Santander torna-se 5º banco privado. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 20 de jan. de 2001. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2001200002.htm#:~:text=Paulo%20%2D%20Aquisi%C3%A7%C3%A3o%3A%20Santander%20torna%2D,privado%20%2D%20%2F01%2F2000&text=A%20venda%20do%20banco%20Bozano,novo%20superbanco%20e%20strangeiro%20no%20Brasil>> . Acesso em: 01 de abril de 2022.

Governo compra ações e evita o fracasso do leilão. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 22 de maio de 1996. Disponível: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/5/22/brasil/3.html>>. Acesso em: 31 de março de 2022.

IANONI, M.. Políticas públicas e Estado: o plano real. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 143-183, 2009.

NORTH, D. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista** (S. Tellaroli, trad.). 2012.

MARX, K. **O 18 Brumário de Louis Bonaparte**. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MACIEL, D. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). **Revista UFG**, v. 13, n. 11, 2011.

Maiores e Melhores 2021. **Revista Exame**, 2022. Disponível em: <<https://mm.exame.com/>>. Acesso em: 01 de abril de 2022.

MORAIS, L; SAAD-FILHO, A. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 31, p. 507-527, 2011.

MATTOS, A. e AGUIAR, J. Odebrecht-Mariani leva Copene, sem ágio. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 26 de jul. de 2001. Disponível:<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2607200123.htm>>. Acesso em: 31 de março de 2022.

NETO, F. P. Após batalha judicial, consórcio liderado pela CSN arremata estatal em leilão que está sendo contestado Vale é vendida por R\$ 3,3 bi e ágio de 20%. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 07 de maio de 1997. Disponível:<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc070513.htm>>. Acesso em: 31 de março de 2022.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**.1. ed. Tradução: Maria Leonor F. R. Loureiro e Danilo Enrico Martuscelli. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

POULANTZAS, N.; BLUNDI, A. R. N. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PINTO, E.; BALANCO, P. Estado, bloco no poder e acumulação capitalista: uma abordagem teórica. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 34, p. 39-60, 2014.

PINTO, E. **Bloco no poder e governo Lula**. 2010. Tese (Doutorado)–Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

PERISSINOTTO, R; CODATO, A. Marx e seu legado para a teoria contemporânea do Estado capitalista. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)**, n. 70, p. 31-50, 2010.

POLANYI, K. **A grande transformação: As origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

PINHEIRO, A. C. **A experiência brasileira de privatização: o que vem a seguir?** Texto apresentado na Segunda Conferência Anual de Desenvolvimento Global, realizada em Tóquio de 10 a 13 de dezembro de 2000. Rio de Janeiro, 2000.

PAULINO, L. A. O Plano Real e os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002). In: PIRES, M. C. **Economia Brasileira: da colônia ao governo Lula**. Editora Saraiva: São Paulo, 2010.

RODRIK, D. **One economics, many recipes**. Princeton university press, 2008.

RIBEIRO, I. R. Burguesia dependente, bloco no poder e a conformação da hegemonia no Brasil entre 2003 e 2018. 2020. 254 f., il. Tese (Doutorado em Política Social) - **Universidade de Brasília**, Brasília, 2020.

RODRIGUES, C. H. L.; JURGENFELD, V. F. Desnacionalização e financeirização: um estudo sobre as privatizações brasileiras (de Collor ao primeiro governo FHC). **Economia e Sociedade**, v. 28, p. 393-420, 2019.

RIPARDO, S. Dona da Escelsa começa a recomprar títulos da dívida para se proteger. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 22 de nov. de 2002. Disponível:<<https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u59504.shtml>>. Acesso em: 31 de março de 2022.

SAES, D. A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas. **Crítica Marxista**, v. 8, p. 46-66, 1998.

SAES, D. As frações da classe dominante no capitalismo: Uma reflexão teórica. In: PINHEIRO, Milton (Ed.). **Ditadura: o que resta da transição**. Boitempo Editorial, 2015.

SAAD FILHO, A. Neoliberalismo: uma análise marxista. Marx e o Marxismo-**Revista do NIEP-Marx**, v. 3, n. 4, p. 58-72, 2015.

SAAD FILHO, A. Crise no neoliberalismo ou crise do neoliberalismo?. **Crítica e sociedade**, v. 1, n. 3, p. 6-19, 2011. Disponível em:<<http://www.seer.ufu.br/index.php/criticassociedade/article/view/14547>>. Acesso em: 18 de julho de 2021.

SPÍNOLA, V. Neoliberalismo: considerações acerca da origem e história de um pensamento único. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 6, n. 9, 2007.

SALLUM JR, B. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo social**, v. 11, p. 23-47, 1999.

SALLUM, B.; GOULART, J. O. O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, p. 115-135, 2016.

SANTOS, F. Governo inicia privatização do setor elétrico pela Escelsa. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 12 de jul. de 1995. Disponível:<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/7/12/brasil/4.html>>. Acesso em: 31 de março de 2022.

SCIARRETTA, T. Tractebel Sul paga R\$ 95,9 mi. Belgas compram ações da Gerasul. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 31 de nov. de 1998. Disponível:<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc31129812.htm>>. Acesso em: 31 de março de 2022.

SOARES, P. Itaú paga ágio de 121,14% pelo BEG. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 05 de dez de 2001. Disponível:<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0512200134.htm>>. Acesso em: 31 de março de 2022.

SOARES, P. Bradesco leva banco do AM por R\$ 182 mi. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 25 de jan. de 2002. Disponível:<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2501200224.htm>>. Acesso em: 31 de março de 2022.

SANTOS, F. CPC é vendida por R\$ 95,52 mi. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 30 de set. de 1995. Disponível:<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/9/30/brasil/12.html>>. Acesso em: 31 de março de 2022.

SANTOS, F. Empresa ligada ao Econômico assume Copene. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 16 de ago. de 1995. Disponível:<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/8/16/brasil/20.html>>. Acesso em: 31 de março de 2022.

SANTOS, F. Governo vende ações da Salgema com ágio de 138%. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 06 de out. de 1995. Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/10/06/brasil/34.html>>. Acesso em: 31 de março de 2022.

TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e sociedade**, v. 21, n. SPE, p. 909-941, 2012.

ANEXOS

Anexo 1 – Classificação das empresas adquirentes quanto a fração de classe burguesa

Estatal vendida	Setor	Empresas	Fração de classe burguesa
Meridional	Financeiro	União Federal	Estado
		Banco Bozano Simonsen	Grande burguesia bancária
BEG	Financeiro	União Federal	Estado
		Outros acionistas	Outros
		Banco Itaú S.A.	Grande burguesia bancária
BEA	Financeiro	União Federal	Estado
		Outros acionistas	Outros
		Banco Bradesco S.A.	Grande burguesia bancária
BEM	Financeiro	União Federal	Estado
		Outros acionistas	Outros
		Bradesco	Grande burguesia bancária
		Reserva para empregados	Outros
BEC	Financeiro	União Federal	Estado
		Outros acionistas	Outros
		Bradesco	Grande burguesia bancária
		Reserva para empregados	Outros
Banespa	Financeiro	União Federal	Estado
		Fazenda do estado de São Paulo	Estado
		Cabesp	Outros
		Demais acionistas	Outros
		Banesprev	Outros
		Funcionários do Banespa	Outros
		Anamb	Outros
		Banco Santander Central Hispano	Grande burguesia bancária
Inst. prev. privada	Outros		
Escelsa	Elétrico	Eletrobras	Estado
		Iven S.A.	Grande burguesia bancária
		Estado do Espírito Santo	Estado
		Outros	Outros
		Prefeituras	Estado
		Banco Pactual	Grande burguesia bancária
		GTD Participações S.A.	Grande burguesia bancária
Reserva para empregados	Outros		
Light	Elétrico	Eletrobras	Estado
		Outros	Outros
		Houston Industries	Grande burguesia industrial internacional
		AES Coral Reef	Grande burguesia industrial internacional

		EDF International S.A.	Grande burguesia industrial internacional
		Reserva para Empregados	Outros
		BNDESPAR	Estado
		CSN	Outros
Gerasul	Elétrico	União Federal	Estado
		Outros	Outros
		FND	Estado
		Ocirala Participações S.A. (Tractebel Sul S.A.)	Grande burguesia industrial internacional
Copene	Petroquímica	Outros	Outros
		Petroquisa ²²	Estado
		Norquisa	Grande burguesia industrial nacional ²³
		Reserva para o público	Outros
		Reserva para empregados	Outros
		Fundos de pensão	Grande burguesia bancária
CPC	Petroquímica	EPB ²⁴	Grande burguesia industrial nacional
		Petroquisa	Estado
		Mitsubishi Chemical ²⁵	Grande burguesia industrial internacional
		Nisso Iwai ²⁶	Grande burguesia industrial internacional
Salgema	Petroquímica	Copene ²⁷	Grande burguesia industrial nacional
		EPB	Grande burguesia industrial nacional
		Petroquisa	Grande burguesia industrial nacional
CQR	Petroquímica	Salgema ²⁸	Grande burguesia industrial nacional
		Petroquisa	Grande burguesia industrial nacional
		Outros	Outros

²² A Petrobrás Química S.A - Petroquisa é uma subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A.- Petrobrás.

²³ Como a maior parte da composição acionária da Norquisa era de empresas industriais nacionais, foi colocado que esta pertencia a grande burguesia industrial nacional. Acionistas da Norquisa em 1995: Petronor (Grupo Conepar) com 21,2% do capital com direito a voto; Pronor (Grupo Mariani) com 10,8%; Trikem (Grupo Odebrecht) 14,4%; Politeno (Grupo Suzano/Conepar) 11,2%; EDN - Estireno do Nordeste S.A. (Grupo Dow Chemical Company) 11,2%; Oxiteno do Nordeste S.A. (Grupo Ultra) 9,3%; Polipropileno Participações S.A. (Grupo Suzano) 8% e Outros 13,9%.

http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Y2g_AXQb7IoJ:relatorioescvm.mz-ir.com/ian/iandecompress.aspx%3Ff%3D4820%5C%5C00482050RE.WAN%26g%3D9.1+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br

²⁴ A EPB Empresas Petroquímicas do Brasil, do grupo era parte do grupo Odebrecht.

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/9/30/brasil/12.html>

²⁵ Companhia química de origem japonesa. <https://www.m-chemical.co.jp/en/index.html>

²⁶ Empresa de origem japonesa que atua em diversos segmentos industriais.

<https://www.sojitz.com/history/en/company/nisshoiwai/>

²⁷ A Copene foi privatizada em 1995 e teve como principal adquirente a Norquisa.

²⁸ A Salgema foi privatizada em 1995 e teve como principal adquirente a EPB Empresas Petroquímicas do Brasil, do grupo Odebrecht.

		Apply	Grande burguesia bancária
Nitrocarbono	Petroquímica	Pronor	Grande burguesia industrial nacional
		Petroquisa	Estado
		Petroquímica da Bahia	Grande burguesia industrial nacional
Pronor	Petroquímica	Petroquímica da Bahia	Grande burguesia industrial nacional
		Petroquisa	Estado
		Outros	Outros
CBP	Petroquímica	Pronor ²⁹	Grande burguesia industrial nacional
		Petroquisa	Estado
		Outros	Outros
		BBM	Outros
		Atrium DTVM	Grande burguesia bancária
Polipropileno	Petroquímica	Petroquisa	Estado
		Cia. Suzano	Grande burguesia industrial nacional
		Cevokol	Outros
Koppol	Petroquímica	SB Poliolefinas ³⁰	Grande burguesia industrial nacional
		Petroquisa	Estado
		Ipiranga	Grande burguesia industrial nacional
		Polipropileno	Grande burguesia industrial nacional
		Suzano Resinas Petroquímicas Ltda.	Grande burguesia industrial nacional
		Outros oito acionistas	Outros
Deten	Petroquímica	Petroquisa	Estado
		Unipar ³¹	Grande burguesia industrial nacional
		UNA	Outros
		Outros	Outros
Polibrasil	Petroquímica	Shell (atualmente SB Poliolefinas)	Grande burguesia industrial nacional
		Petroquisa	Estado
		Polipropileno ³²	Grande burguesia industrial nacional
		Ipiranga	Grande burguesia industrial nacional
		Hipart	Outros
EDN	Petroquímica	Dow Química ³³	Grande burguesia industrial internacional
		Petroquisa	Estado
		Novos Acionistas	Outros
		Massa Falida Cevokol	Outros
		Outros	Outros

Fonte: Elaboração própria com base em BNDES (2015)

²⁹ A Pronor foi privatizada em 1995 e teve como principal adquirente a Petroquímica da Bahia, do grupo Mariani.

³⁰ A Poliolefinas foi privatizada em 1993 e teve como principal adquirente o grupo Odebrecht.

³¹ A Unipar pertencia aos grupos Vila Velha e Odebrecht.

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/12/15/brasil/16.html>

³² A Polipropileno foi privatizada em 1996 e teve como principal adquirente o grupo Suzano.

³³ Empresa norte-americana do setor petroquímico.

Anexo 2 - Classificação setorial adotada para o principal setor de atividade dos grupos econômicos

Geral	Setores	Principais gêneros	Fração da classe dominante
Setor não-financeiro	Agronegócio, pecuária e indústria intensiva em recursos naturais	Agricultura, alimentos, bebidas, cana/açúcar/álcool, fumo, madeiras e móveis, pecuária	Grande burguesia nacional e internacional do agronegócio (forte orientação para o mercado externo)
	Construção civil	Construção	Grande burguesia nacional
	Indústria de commodities intensiva em capital	Celulose e papel, metalurgia e siderurgia, materiais de construção, mineração, petróleo, gás e refino, química e petroquímica	Grande burguesia industrial e SPE* (forte orientação para o mercado externo)
	Indústria difusora de tecnologia (intensivos em tecnologia)	Equipamentos eletro-eletrônicos, farmacêuticos, maquinário, material de transporte	Grande burguesia industrial interna (nacional) e internacional (forte orientação para o mercado interno)
	Indústria tradicional (intensiva em mão-de-obra)	Borracha e plásticos, higiene e limpeza, impressão e edição, têxtil, vestuário e calçados	Grande burguesia interna industrial (forte orientação para o mercado interno)
	Serviços de infraestrutura	Distribuição de gás e água, geração e distribuição de energia elétrica, saneamento, telecomunicações,	Grande burguesia nacional e internacional e SPE* (forte orientação para o mercado interno)
	Outros serviços	Comércio atacadista, comércio exterior, comércio varejista, propaganda, rádio e televisão (comunicação), serviços especializados	Grande burguesia comercial nacional (forte orientação para o mercado interno)
Setor financeiro	Setor financeiro	Bancos, corretoras de valores, seguro	Grande burguesia bancária-financeira nacional e internacional

Fonte: Pinto (2010).